CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 37 Outubro – Dezembro de 2009

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Boletim Informativo da AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Cidadania e Defesa

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888 Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site - **www.aacdn.pt**

Ficha Técnica

Direcção
Joaquim Silveira Sérgio

Edição
Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Miguel Fradique da Silva

Colaboração Fotográfica
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Industrial, Lote 41 - D - 2080-221 Almeirim
Tel : 243 591 555 Fax: 243 597 559 E-mail:geral@graficacentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Depósito Legal nº 260726/07

Nº 37 Outubro - Dezembro de 2009

Sumário

3 | Editorial

5 | Ministro da Defesa Nacional – Severiano Teixeira

6 | Na Rota do Âmbar Báltico

14 | E depois do Adeus

16 | AACDN – A Continuidade do Curso de Auditores de Defesa Nacional

18 | X Congresso Nacional – Novos Equilibrios – Sair da Crise

23 | Na Gávea da Nau – Impõe-se urgente S.O.S.

25 | Acontecimentos & Actualidades

28 | O Programa Nuclear Iraniano e Norte-Coreano

34 | UmDeCadaVez (João Victor Gonçalves da Silva Pereira)

Capa e Contracapa – Capas do Biénio 2008-2009

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

No momento em que escrevo estas linhas e após o X Congresso, que decorreu de forma bastante digna e responsável, a Associação apresta-se para demonstrar a sua vitalidade através do processo eleitoral. A renovação dos Corpos Sociais significa que a Associação assume a sua vontade de prosseguir e de se aperfeiçoar, para melhor desempenhar o papel que lhe cabe dentro da Sociedade Portuguesa. Caso contrário caminha para um processo de introversão, prenúncio de um desaparecimento... Mais um!? – Esperemos que não.
É necessário que outros Colegas, com outras visões e capacidades, possam prosseguir os desempenhos até agora efectuados. Estamos cientes de que assim irá acontecer. Basta haver boa vontade e espírito de servir para que as inerentes dificuldades se esfumem. Esta é uma verdade baseada na experiência.

A primeira década do 2º milénio, ainda que tenha decorrido (ou pareça ter decorrido) depressa, foi, contudo, das mais marcantes nas últimas gerações. O Mundo jamais voltou a ser o mesmo, após o que uma maioria significativa da Humanidade, e em directo, pôde testemunhar pela TV o 11 de Setembro de 2001.
Na verdade, este recanto do Universo tornou-se mais inseguro e minado pela desconfiança. O Homem, seu habitante e um ser perigosamente pensante, tem vindo a refinar a sua mesquinhez, relegando para lugar inóspito a fraternidade e a justiça dos seus empreendimentos, sobretudo quando tais valores obstaculizam os seus desmedidos intentos.
Os bens disponibilizados e os direitos são desequilibradamente partilhados, persistindo a vontade dos *grandes* submeterem os *mais fracos* e carenciados ao seu arbítrio – quer se trate do patamar de relacionamento entre países, quer do relativo ao trato entre pessoas – em contraciclo com as leis que vão surgindo numa tentativa ingénua de redimir a realidade.
Bem se têm esforçado os líderes espirituais em amenizar a deriva animalesca da Humanidade, mas sem grande sucesso...e assim o Homem lá vai persistindo no seu grotesco materialismo, apesar dos desastres com que se tem deparado.
Por outro lado, a importância da Vida e das suas envolventes circunstanciais, como nos é dado verificar, são diferentemente apreciadas consoante a região do globo. Bem se empapuam as bocas dos actuais retóricos quando falam de Direitos Humanos... mas o facto é que os atropelos persistem, chegando-se à insensatez de tecer uma maior protecção ao prevaricador (epitetado, para o caso, de desprotegido, de vítima de marginalização social ou de inadaptação, de doente psíquico, de momentaneamente inimputável, de desconhecer a causa em apreço...) do que ao espoliado... E o que dizer dos proscritos de outrora passarem à dimensão de exemplos de liderança e de grandes democratas (sobretudo quando por detrás de tais encómios se encontram umas negociatas que propiciam um fácil encher de bolsos).

Enquanto tais práticas persistirem, enquanto perdurarem os branqueamentos, por parte de quem tem responsabilidades nesta matéria, difícil se torna a construção de uma saudável Sociedade.

Esta nova década será para Portugal um grande desafio de afirmação. Não bastam as boas-vontades. Há que querer e crer sermos capazes de mudar esta situação em que nos encontramos. Urge pôr mãos à obra e encontrar a melhor forma de o fazer, ao porfiar na excelência de cada um nas suas competências. É igualmente necessário ter em devida conta que os Valores não são compagináveis com adaptações temporárias travestidas de modernidade e acobertadas por um pseudo-rótulo de democracia.

E assim, com estas lucubrações, chegamos, em conjunto com os Colegas que nos quiseram acompanhar, ao fim do mandato, com a consciência de dever cumprido, apesar de todas as vicissitudes, e com o firme propósito de podermos continuar a colaborar, noutra situação, tal como ocorreu com os Colegas que nos antecederam, com a AACDN, a fim de construir um Portugal mais justo, mais seguro, mais assertivo e, sobretudo, mais humano.

Tenham todos um Bom Ano em 2010!

Joaquim Silveira Sérgio

Ministros da Defesa Nacional dos Governos Constitucionais pós-25 de Abril

Severiano Teixeira

(XVII Governo Constitucional)

Nome: Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira
Data de nascimento: 5 de Novembro de 1957
Naturalidade: Guiné-Bissau
Pai: José Manuel Severiano Teixeira
Mãe: Maria Antónia Dias Pires
Estado Civil: Casado, com Maria Luísa Torres Eckenroth Guimarães Severiano Teixeira

O Prof. Dr. Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira nasceu em Nossa Senhora da Candelária, na Guiné-Bissau, a 5 de Novembro de 1957, filho de José Manuel Severiano Teixeira e de Maria Antónia Dias Pires. O seu pai, Oficial de Infantaria do Exército Português, casou em Janeiro de 1957, na Capela Militar de Santa Luzia, na Guiné-Bissau, onde desempenhava funções de Ajudante-de-Campo do Comandante Militar da Guiné. Nuno Severiano Teixeira tem ainda um irmão, José Guilherme Pires Severiano Teixeira, 10 anos mais novo e já nascido em Lisboa.

Nuno Severiano Teixeira licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, em 1981, e doutorou-se em História das Relações Internacionais pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, em 1994. Possui ainda o título académico de Agregado no ramo da Ciência Política e Relações Internacionais, atribuído pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2005. É autor de diversas obras, precisamente nas áreas da História e das Relações Internacionais, como *O Ultimatum Inglês. Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, de 1990, ou *Portugal e a Integração Europeia 1945-1986*, de 2007, este último em colaboração com António Costa Pinto.

Afirmando-se como independente e sem filiação partidária, o passado político de Severiano Teixeira, no entanto, esteve sempre ligado ao Partido Socialista, tendo até sido o porta-voz da candidatura presidencial de Mário Soares, e é com António Guterres como Chefe do Governo que assume a pasta do Ministério da Administração Interna, entre 2000 e 2002. Antes disso, e a convite de António Vitorino, na altura Ministro da Defesa Nacional, aceita o cargo de Assessor do Instituto da Defesa Nacional, tornando-se, dois anos depois, o primeiro director civil daquela casa. A 3 de Julho de 2006, sucedendo a Luís Amado, Nuno Severiano Teixeira ocupa o cargo de Ministro da Defesa Nacional do XVII Governo Constitucional, sob a chefia do Primeiro-Ministro José Sócrates.

Enquanto Ministro da Defesa Nacional de um Governo que considera reformista, Nuno Severiano Teixeira procurou, essencialmente, aproximar a legislação portuguesa neste sector da legislação dos restantes países da NATO. Para isso, deixou a Lei de Defesa Nacional, a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas e a Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares. Nas suas mãos teve ainda o delicado problema das tropas no Afeganistão, as divergências da visão norte-americana e a posição europeia neste assunto, e ainda a transição da administração Bush para a presidência de Barack Obama. Desta procura de equilíbrio resultou, em 2008, a retirada da Companhia de Comandos daquele teatro de operações, prevendo-se agora que, no início de 2010, sejam para lá enviados outros 150 militares comandos, que constituirão uma Força de Reacção Rápida. No entanto, a presença portuguesa naquele país tem sido constante, integrada na ISAF (Força Internacional de Apoio à Segurança no Afeganistão), prestando apoio logístico.

Passou também pelo seu ministério, mas transitando para a legislatura seguinte, a possibilidade da instalação, na Base das Lajes, do AFRICOM, em consideração à posição estratégica portuguesa neste contexto.

Autor

O Tenente RC Paulo Moreira é licenciado em Português e Francês, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real. É Redactor do *Jornal do Exército* desde Setembro de 2007.

Na Rota do Âmbar Báltico

Ao fim de quase uma hora, finalmente partimos em direcção a São Petersburgo.

A estrada, as localidades, as casas eram de facto diferentes do que deixámos para trás, mas era também possível constatar que havia um notável esforço de melhoria das condições das rodovias e da qualidade de vida das populações.

A chegada à área metropolitana de São Petersburgo pressentia-se com o adensamento das construções, bem ao estilo soviético, e com a dificuldade em avançar no tráfego que àquela hora se fazia sentir.

O caminho para entrar no coração da cidade faz-se por grandes avenidas, ladeadas de imponentes edifícios de estilo neoclássico e da arquitectura pesada e oficial do regime da época de Estaline.

Sem conseguir identificar as avenidas que ao longo do percurso nos levaram em direcção ao norte da cidade, alcançámos a Praça de Santo Isaac, onde se situa a catedral do mesmo nome, e o confortável e luxuoso Hotel Astoria, onde ficámos alojados, que fica sobranceiro à praça e à catedral.

É sempre agradável permanecer num lugar com classe, conforto e beleza que nos proporcione bem-estar. Foi o caso, e julgo que todos os participantes sentiram o mesmo.

O ambiente das salas, a simpatia dos empregados do hotel e a qualidade do serviço foram a distinção e a classe que eram necessárias para o final desta magnífica viagem.

O primeiro jantar no hotel, no esplêndido restaurante "Davidov" ao fim desse dia, foi o sinal de que iríamos ter uma agradável estadia em São Petersburgo.

Saímos para a cidade depois do jantar, para ver o que estava mais próximo do hotel, admirar a monumentalidade dos palácios e edifícios públicos, passear nas margens do Rio Neva ao crepúsculo do dia, saboreando a brisa que vinha do golfo da Finlândia.
Poder contemplar no centro da magnífica Praça do Palácio – inspiração do arquitecto Carlo Rossi –, junto à coluna de Alexandre, o Museu Hermitage, o Palácio de Inverno, o Edifício Geral da Administração e o duplo arco encimado por uma escultura da Vitória no seu carro, é sempre uma inesquecível experiência dos sentidos, porque julgamos não ser possível ficar indiferente ao que é bonito e monumental.
De regresso ao hotel para descansarmos, fizemos um pequeno percurso pelo início da agitada "Nevsky prospekt" que àquela hora ainda apresentava grande movimento de pessoas e de viaturas.
Sabíamos que o dia seguinte ia ser um dia cheio de visitas aos locais mais interessantes de São Petersburgo e arredores, razão por que, para além de estarmos cansados, era necessário dormir bem, para termos os sentidos bem apurados para as maravilhas que iríamos ver ao longo dessa jornada.
Da parte da manhã e depois do pequeno-almoço partimos em direcção a Pavlovsk, para visitarmos o palácio do Grão-duque Paulo, herdeiro de "Catarina, a Grande" e de sua mulher Maria Fyodorovna. O palácio e os "jardins ingleses" foram desenhados por Charles Cameron, seu arquitecto preferido, ao gosto da época, imitando uma paisagem natural com pavilhões, pontes e lagos e ruínas românticas.
O palácio de linhas sóbrias e elegantes desenvolve-se de forma circular e encerra um conjunto de salas e apartamentos de dimensão modesta, mas de refinado e elegante bom gosto. Será difícil descrever o que vimos, contudo destacamos o mobiliário e as inúmeras peças de porcelana, as tapeçarias e a decoração de algumas salas de que destaco, pela sua beleza e equilíbrio, a sala do trono, a sala italiana e a sala grega.
Depois de um pequeno passeio pelo parque do palácio, dirigimo-nos a um restaurante local para almoçar.
Foi, porventura, a refeição mais interessante e gostosa de toda a viagem. O ambiente era muito agradável, numa construção toda em madeira e servido por bonitas e rosadas raparigas que também cantavam ao som de um conjunto que nos brindou com música folclórica russa.
A refeição típica agradou à generalidade do grupo que brindou com vodka e cantou animadamente durante o tempo que decorreu o repasto.
Mas era preciso voltar para São Petersburgo, porque estava programada para a tarde uma visita ao Museu Hermitage.
A visita começou pela vasta e admirável "Escadaria de Gala do Jordão" do Palácio de Inverno que é considerada a obra-prima do arquitecto Bartolomeu Rastrelli.
Depois foi a caminhada por uma sucessão de magníficas salas e salões deste imenso palácio barroco dos Czares a que posteriormente se acrescentaram vários edifícios, em diferentes épocas, como o Pequeno Hermitage, do tempo de Catarina II, os Jardins Suspensos, o Grande e o Novo Hermitage, e o Teatro Hermitage, obra do arquitecto Giacomo Quarenghi.
Estes palácios, para além de terem servido como residência dos czares, a maior parte dos novos edifícios destinaram-se desde o início a albergar a vasta colecção de arte iniciada por Catarina, a Grande, e passaram a funcionar como museu público a partir do reinado de Nicolau I.

Estarmos dentro de um dos maiores museus do mundo, que tem mais de três milhões de obras e uma das melhores colecções de arte expostas em deslumbrantes salas que se sucedem umas às outras, é uma experiência inesquecível.
É possível observar as pinturas de Matisse, Picasso, Bonard, Monet, Cézane, Renoir, Gaugin, Van Gogh, reunidas no Palácio de Inverno, ou as obras de

Leonardo da Vinci, Tiziano, Rafael, Caravaggio, Michelangelo, Rubens, Rembrandt, Zurbarán, Velásquez, El Greco, Murillo e Goya, espalhadas pelos sumptuosos salões do Pequeno e do Novo Hermitage, onde destacamos o conjunto das "Logias de Rafael", ou a "Sala do Pavilhão" onde se encontra o curioso Relógio do Pavão de fabrico inglês do Séc. XVIII.

É de facto difícil descrever a beleza, a riqueza e o esplendor dos desenhos dos pisos de mármore e soalhos de madeiras nobres e os mosaicos e pinturas dos tectos das incontáveis salas do museu. Como também é fácil transmitir o sentimento de deslumbramento que nos emociona, perante tanta riqueza da decoração de todas as salas e salões do palácio.

A multidão que circulava nesse dia e possivelmente noutros dias, constituída por grupos em movimento, impressiona e perturba a nossa sensibilidade, porque tudo o que vemos e sentimos é aparentemente frágil e muito valioso para aguentar, em nosso entender, esta avalanche de turistas curiosos, que tudo querem ver em muito pouco tempo.

Este aspecto foi para mim o lado mais negativo do museu. Porventura a forma como se organizam as visitas dentro do museu poderia ter um melhor planeamento e organização, de forma a permitir uma maior fluidez da circulação e aumentar o prazer da visita e da contemplação de tão notáveis obras de arte.

Terminada a visita, regressámos ao hotel, que era relativamente perto do museu, porque estava marcado um passeio com jantar a bordo de um barco no Rio Neva.

O embarcadoiro estava situado na margem esquerda do rio em frente ao Cais Inglês e foi a partir desse local que percorremos o rio, enquanto jantávamos. O panorama que se pode observar do rio para ambas as margens ao fim do dia é soberbo.

O perfil da cidade, em especial o da margem direita do rio, com os seus palácios e edifícios públicos, de que destaco o Palácio de Inverno, e as cúpulas douradas das igrejas, avivadas com o reflexo do sol do fim de tarde, foi uma imagem que perdurou na nossa memória, porque possivelmente é efémera e como tal singular. Julgo que foi uma experiência que todos os participantes muito apreciaram e naturalmente no fim do jantar regressámos ao hotel plenamente satisfeitos.

O dia 29 de Julho foi dedicado à visita de dois magníficos e deslumbrantes palácios de um estilo barroco rococó exuberante.

A parte da manhã foi dedicada ao Palácio e Parque de Catarina, "Tsarskoye Selo"[1], habitual residência de verão da Família Imperial.

Este magnífico palácio foi projectado por Giacomo Rastrelli, que foi o arquitecto oficial da corte russa durante muitos anos. Esta residência de verão nasceu da vontade do Imperador Pedro I, quando ofereceu os terrenos à sua esposa, Catarina I, para construir um palácio comemorativo das suas núpcias.

Porém, foi a sua filha, a Czarina Isabel, quem iniciou a construção do palácio, em 1752, e que determinou a imagem que ele tem hoje.

A cor azul forte combinada com o branco das colunas e os poderosos Atlantes dourados que fazem a decoração do piso inferior do palácio; as cinco cúpulas douradas da Igreja de Ressurreição e o uso, ao limite, do ouro na decoração do exterior, para obter um contraste e luminosidade diferentes ao longo do dia, são a imagem que justifica que este palácio seja considerado uma das obras-primas do Barroco russo.

Todavia, se o exterior do palácio impressiona pela sua dimensão e luxo, não é menos impressionante a sumptuosidade da decoração das salas e salões do seu interior. A sucessão de salões decorados com estuques e talha dourada, ligados por bonitas portas, também carregadas de decorações douradas que constituem o chamado "flanco dourado" do palácio, pois assim o projectou Rastrelli; as pinturas nos tectos, os espelhos, os pavimentos e soalhos, o riquíssimo e valioso mobiliário da época, os lustres de cristal, as estufas ou salamandras em porcelana de Delf, as decorações em estilo oriental ou clássico de algumas salas e, finalmente mas não menos impressionante, a exclusiva "Sala de Âmbar", de gosto discutível, mas carregada de simbolismo e trabalho de um povo que sabe e quer preservar o seu património.

Terminada a visita do palácio, caminhámos a pé para o restaurante "XX Century", onde almoçámos. Aqui constatámos que na Rússia também há mau serviço de restauração e pessoal antipático e pouco profissional.

Depois seguimos em direcção ao sul do Golfo da Finlândia, à descoberta do Palácio de Pedro, "Petrodvorets".

Também conhecido como o "Versailles russo", este sumptuoso conjunto arquitectónico, rodeado de jardins, cascatas e fontes, planeado com o rigor e a criatividade da arte paisagista e conhecimentos sustentados de hidráulica, é, em minha opinião, uma das obras notáveis do século XVIII.

O Palácio imaginado por Pedro o Grande, para comemorar a Grande Vitória do Norte sobre os Suecos em 1709 e "a condizer com o maior dos monarcas", foi originalmente concebido pelo arquitecto francês Jean-Baptiste Le Blond.

Ao longo dos anos, Pedro dedicou muito dos seus conhecimentos ao projecto e desenvolveu-o nas suas diversas fases, de acordo com a sua sensibilidade e bom gosto. A sua filha Imperatriz Isabel continuou a sua obra nos jardins e no palácio e chamou Rastrelli para reconstruir o piso superior do Grande Palácio e desenhar novas fontes. O interior do palácio é decorado bem ao gosto barroco de Rastrelli e sem grandes diferenças no que diz respeito ao luxo e opulência dos dourados, na concepção das salas e escadarias de acesso ao andar nobre, no mobiliário, nas pinturas e espelhos, se compararmos este palácio com outros da sua autoria. Por isso considero-me dispensado de fazer uma descrição do seu interior que seria em tudo fastidiosa, barroca e rococó e muito idêntica à de outros palácios já referidos.

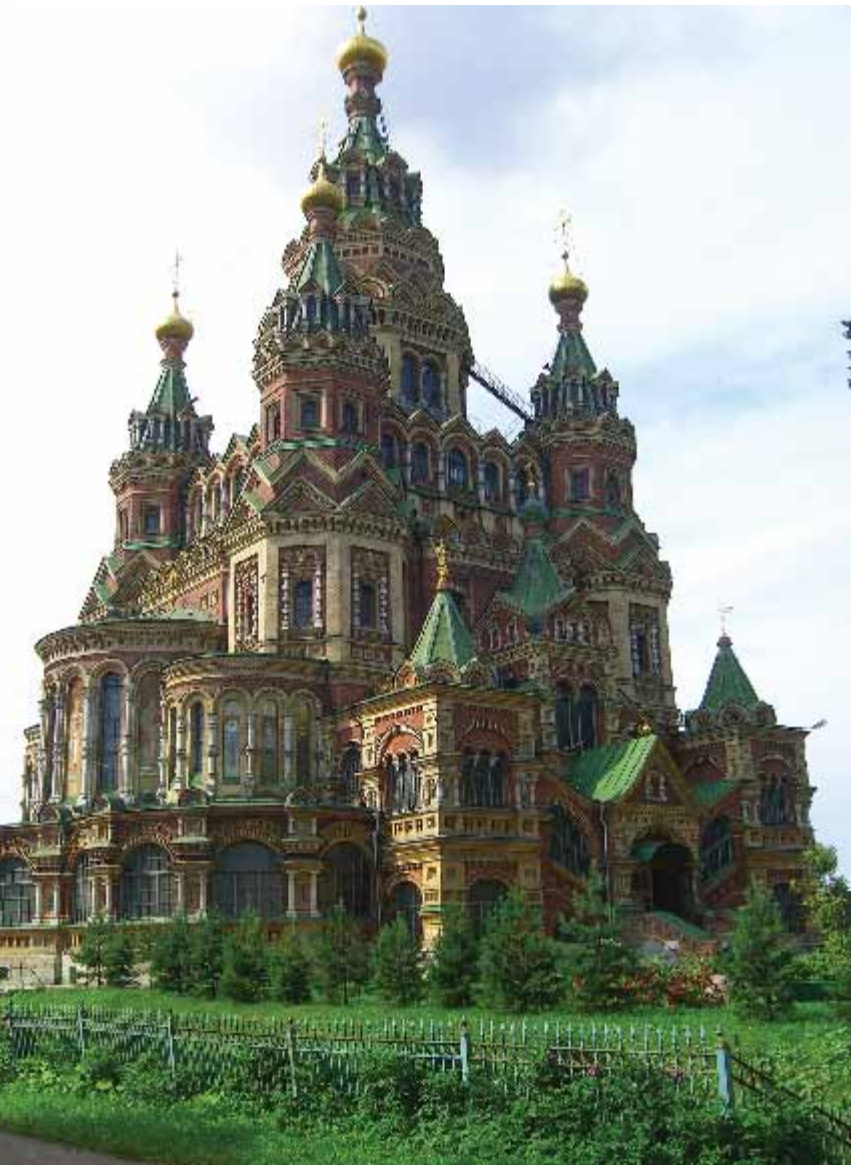
Prefiro dedicar mais algum tempo ao belo parque paisagista, com jardins franceses e ingleses, e às maravilhosas fontes e Grande Cascata de Peterhof[2].

O parque, que ocupa um território de cerca de 1000 hectares, foi projectado por um discípulo de Le Notre, autor dos jardins de Versailles - Jean-Baptiste le Blond. Pedro o Grande, enquanto jovem, viajou muito pela Europa onde adquiriu conhecimento e muitas ideias reformistas no sentido de ocidentalizar a Rússia.

Pedro gostava de "Versailles" e quis fazer algo idêntico ou melhor em São Petersburgo. Procurou o lugar,

desenhou esboços, determinou a localização, a captação de água e a dimensão dos reservatórios para o abastecimento das fontes, dos lagos e da Grande Cascata e chegou mesmo a conceber o conjunto hidráulico tal como ele hoje se nos apresenta. Em apenas oito meses e com base num complexo projecto hidráulico para aquela época, construiu mais de 20 quilómetros de canais e comportas para a distribuição de água até ao Jardim Superior do Grande Palácio. Simultaneamente, foi construído o canal que

liga o mar à base da Grande Cascata e que deu origem ao Parque Inferior.
Neste parque e na sua zona Este, encontram-se porventura a principal estrutura arquitectónica e paisagística, concebida por Pedro o Grande e bem adequada ao seu bom gosto.
O conjunto "Monplaisir" foi construído ao mesmo tempo da Grande Cascata e surgiu da ideia de Pedro poder usufruir de aposentos à beira-mar e virados ao Golfo da Finlândia.
Assim nasceu um conjunto de infra-estruturas que, para além do palácio, com uma decoração bem mais sóbria, mas igualmente rica e de refinado gosto, incluía oito edifícios, dois jardins, um terraço à beira-mar e numerosas fontes.
As fontes foram sempre usadas como elementos decorativos e dinâmicos que Pedro muito apreciava e que ele próprio concebia.
A prova desse seu gosto é a existência das fontes de embuste ou brincadeira que se situam ao longo da rua que liga a Cascata de Xadrez ou do Dragão ao Jardim de Montplaisir e que serviam e servem para divertimento dos visitantes, que normalmente ficam aspergidos ou encharcados.



Destaco pela sua beleza e engenho algumas fontes situadas neste trecho do parque: a fonte da Pirâmide, a Cascata do Xadrez ou do Dragão, a fonte do Sol, a fonte da Orangerie, as Fontes Romanas.
As várias fontes de "embuste" dispersam-se pelo parque na proximidade, ou dentro do Jardim de Monplaisir: a fonte da Vereda, a fonte dos Abetos, a fonte Guarda-chuva, a fonte do Carvalho e porventura aquelas que são mais conhecidas, os bancos-fonte que esguicham água e molham as pessoas quando neles se sentam.
O lado oeste do parque, mais aberto ao mar, é formado pelo interessante conjunto do palácio Marly e do pavilhão Hermitage, de diversas fontes e obras hidráulicas de que destaco a cascata do Leão, a cascata da Colina Dourada, as fontes de Adão e Eva, e as "Fontes Ménageres" com pujantes repuxos de 15 metros de altura.
Finalmente a "Grande Cascata" que é a maior estrutura do sistema de fontes e a zona que suscita maior deslumbramento a quem visita Peterhof.
A notável dimensão deste complexo hidráulico, a abundância de água que jorra das suas 64 fontes, a riqueza escultórica da decoração, a agitada variedade dos 142 repuxos e jactos de água, a unidade e expressividade do conjunto das 37 esculturas de bronze dourado proclamam bem a ideia de que o conjunto construído em Peterhof é seguramente a celebração das gloriosas vitórias russas na Guerra do Norte contra a Suécia.
Há de facto uma grande unidade entre a Grande Cascata e o Palácio que foi imaginada por Pedro, não só nas cores - o amarelo, o branco, o dourado - assim como na simetria e centralidade dos elementos decorativos das balaustradas, vasos, estátuas, baixos-relevos, máscaras, ornamentos floridos e repuxos. O grupo escultórico de bronze dourado representando "Sansão abrindo as mandíbulas do Leão" é intencionalmente figurativo, baseado no Antigo Testamento e na grande força desta figura bíblica. Simboliza a vitória russa sobre a Suécia que tem um leão no seu brasão nacional.
Daí que o funcionamento deste repuxo de água devia ser o mais alto possível (cerca de 20 metros), era conseguido através de um aqueduto de madeira de cerca de quatro quilómetros de comprimento, abastecido por um lago, para demonstrar a força da Mãe Rússia.
Peterhof é resultado do génio humano e da determinação de um homem que soube combinar e exprimir de uma forma artística, e com muita técnica para a época, a grandiosidade da sua Pátria.
Era tempo de deixar Peterhof, com nostalgia, apesar de esta ter sido a terceira visita que fiz a este magnífico lugar.
Encontrei sempre nessas visitas, diferentes motivações para explorar e descobrir pequenos e grandes pormenores deste maravilhoso lugar junto ao Báltico. Estou convicto de que os meus colegas de viagem gostaram tanto como eu deste local e da magnificência deste fantástico património de afirmação triunfal de uma nação.
No regresso a São Petersburgo tivemos a possibilidade de visitar a bonita Catedral dos Apóstolos São Pedro e

São Paulo, construída em 1905 em estilo russo e observar à conveniente distância permitida pela segurança de altas individualidades, a magnífica residência de férias, frontal ao Golfo da Finlândia, do Presidente da Federação Russa.
Voltámos ao hotel Astória, e depois do jantar dedicámos uma boa parte do fim do dia e da noite a passear na Avenida Nevsky com cerca de quatro quilómetros e meio de extensão, enquanto outros foram assistir a um espectáculo de folclore russo.
É a principal artéria de São Petersburgo, muito agitada e de grande movimento de pessoas e viaturas de todos os tipos, com uma abundância de bonitos edifícios de vários estilos arquitectónicos que se alinham em grande profusão de um lado e do outro da avenida.
Dos mais interessantes, destacamos o barroco "Palácio Stroganov", o híbrido edifício de granito da "Aeroflot", os vários edifícios de apartamentos em estilo neoclássico e a "Catedral de Kazan", que é um magnífico exemplo desta tendência arquitectónica; a surpreendente "Casa dos Livros", também conhecida por "Casa Singer" das máquinas de costura, hoje uma reputada livraria, e o "edifício Yeliseev´s", antigo armazém alimentar, decorado com bonitos vitrais Arte Nova, bronzes, lustres de cristal, balcões de mármore onde se pode comprar vodka de qualidade e caviar de boa produção, ambas edificações construídas em estilo moderno; o edifício amarelo do "Gostinyy Dvor", que é o maior centro comercial da cidade com interessantes arcadas e muitas lojas; o bonito "Palácio Anichkov" em estilo barroco que foi morada de um amante de Catarina a Grande e depois foi residência de inverno do herdeiro do trono e depois Czar Alexandre III.
Fizemos todo o percurso a pé de um lado da avenida desde "O Almirantado" até à "Estação de Caminho de Ferro de Moskovsky" e voltámos pelo outro, para podermos apreciar com todo o pormenor a riqueza arquitectónica dos prédios desta artéria.
Fizemos uma passagem muito agradável pelo Grande Hotel Europa, e percorremos os seus corredores e átrios com um ambiente muito elegante que outorgaram prestígio a este histórico hotel de São Petersburgo. Quando saíamos do hotel pudemos presenciar uma cena que porventura começa a ser vulgar no país e nesta cidade, que foi uma grande movimentação de seguranças pessoais à volta de um cidadão russo que deixou o hotel num espampanante *Maserati* e seguiu viagem acelerada para a Avenida Nevsky, acompanhado de outras viaturas de alta cilindrada, com os seus guarda-costas. Sinais dos tempos e da mudança radical da sociedade russa...
Depois seguimos caminho, porque queria visitar a Igreja do Sangue Derramado, que infelizmente estava fechada. Contudo, foi possível observar com minúcia o que é porventura mais curioso nesta arquitectura revivalista russa, que é muito colorida, utilizando todo o tipo de materiais, como os ladrilhos de cerâmica, o esmalte, mosaicos, granitos, mármores, ostentando várias cúpulas dos mais diversos matizes e cores. Esta igreja é um memorial ao assassinato, naquele local, do Czar Alexandre II que o seu sucessor Alexandre III quis homenagear.

O último dia, quinta-feira, 30 de Julho, foi dedicado a visitar, da parte da manhã, dois dos mais bonitos e majestosos locais de culto ortodoxo: a Catedral de Santo Isaac e a Catedral de Kazan.

A Catedral de Santo Isaac é uma das maiores do mundo e a mais sumptuosa das igrejas de São Petersburgo. A sua nave tem uma capacidade para 14.000 pessoas. Foi projectada pelo arquitecto francês Auguste de Montferrand. A sua grandiosidade, as dificuldades da sua construção que exigiram grandes obras de engenharia, a qualidade dos materiais utilizados e a solução neoclássica que determinou o conjunto do edifício, fazem desta catedral uma das obras-primas de São Petersburgo.

A dimensão interior da catedral é esmagadora e as 300 toneladas de peso referidas pelo guia são suportadas por 48 gigantescas colunas. Os materiais utilizados na construção e decoração foram o granito, o mármore, a malaquite e lápis-lazúli. Para dourar a sua cúpula de 22 metros, gastaram-se 100 quilos de folha de ouro. Os elementos decorativos que adornam a catedral são cerca de 400 obras de arte, entre esculturas, pinturas e mosaicos. As magníficas portas de carvalho e bronze do templo, decoradas com relevos representando cenas da vida de Cristo, e dos santos sobressaem no conjunto da decoração da catedral.

Depois da visita a este majestoso templo, caminhámos no sentido da Avenida Nevsky para visitar a Catedral de Kazan.

A concepção desta catedral foi inspirada no modelo da Basílica de S. Pedro, em Roma. O conjunto das 96 colunas coríntias dispostas em quatro filas em arco e voltadas à Avenida Nevsky é a visão que sobressai do conjunto, dado que a colunata curva de 111 metros dissimula a orientação e o corpo do edifício da catedral. Na decoração interior, destacam-se as colunas maciças de granito cor-de-rosa com capitéis e bases de bronze na nave principal e a cúpula de 80 metros de altura. O nome da catedral deriva do ícone milagroso da Nossa Senhora de Kazan, a Mãe de Deus que agora ali permanece depois de todas as vicissitudes por que passou. Esteve na posse de vários proprietários e percorreu muitos países, incluindo Portugal, quando permaneceu em Fátima alguns anos na sede do "Exército Azul". Foi entregue, em Agosto de 2004, pelo Papa João Paulo II ao Patriarca Ortodoxo, Alexis II.

Efectuada a visita, o grupo voltou à Nevsky. Alguns resolveram fazer um pequeno cruzeiro nos canais e rios de São Petersburgo, também conhecida como a

Veneza do Norte. Embarcámos num cais do Rio Moika, numa embarcação especialmente fretada para os Auditores, e seguimos viagem admirando as bonitas pontes de ferro e os edifícios neoclássicos das margens, em direcção ao estreito Canal de Inverno (Zimnaya Kanavka) atravessado por uma galeria que liga o Teatro ao Novo Hermitage. Desembocámos no Rio Neva Grande e a embarcação rumou até próximo do Forte de Pedro e Paulo para apreciarmos o bonito perfil deste conjunto militar, do qual sobressai o elegante campanário da Catedral barroca de S. Pedro e S. Paulo.

Navegámos pelo Rio Neva, passámos sob a Ponte Trindade (Troitsiy most) bem ao estilo francês das construções em ferro da época, vislumbrámos a Cabana de madeira, onde Pedro o Grande viveu seis anos a fiscalizar a construção da nova cidade, e aproximámo-nos do histórico "Cruzador Aurora", que deu o sinal com um tiro de canhão, para se iniciar o assalto ao Palácio de Inverno, a 25 de Outubro de 1917.

Rumámos até junto do Jardim de Verão, situado na margem direita do Neva e sobranceiro ao Rio Fontanka, que navegámos até à desembocadura do rio Moika, que voltámos a percorrer, agora com as margens mais arborizadas dos parques do Museu Russo e do Castelo dos Engenheiros. Seguimos em direcção à igreja do Sangue Derramado, situada na margem de outro canal que desemboca no Rio Moika onde continuámos viagem, marginando os antigos Estábulos Reais, e prosseguimos de novo até à Nevsky, sob cuja ponte passámos para mais à frente terminarmos este excelente passeio náutico, que nos proporcionou uma visão diferente da cidade.

A hora da partida aproximava-se e o regresso ao hotel para apanharmos as bagagens e o autocarro que nos levaria ao aeroporto era imperativa.

Almoçar rapidamente foi o que muitos de nós fizeram, para poderem ainda passar pelo bar do Grande Hotel Europa para saborear um café em amena cavaqueira, e sentir o ambiente requintado do hotel mais luxuoso e mais exclusivo da cidade. Alguém do grupo, com muita graça, declarou que este episódio foi "um momento alto das nossas vidas!".

O voo de regresso, embora com escala em Frankfurt, foi quase directo a Lisboa.

Chegámos bem, satisfeitos com a viagem e com a organização.

Era o momento de dizermos adeus, e até à próxima.

---

[1] A Aldeia do Czar

[2] Peterhof: o nome original foi formalmente mudado em 1944 para Petrodvorets

Autor

Engenheiro David Assoreira
Auditor nº 570/96

E depois do Adeus

"a força de uma Democracia depende dos valores que promove" (João Paulo II)

João Paulo II foi a personalidade pública do nosso tempo que, na minha opinião, mais marcou positivamente a Humanidade. Não o digo pelas suas origens, pela sua ascensão, pela santidade dos seus gestos e da sua vida... Digo-o apenas pelo rasto que o seu pensamento deixou. Lembro desse Santo Padre uma frase célebre: "a força de uma Democracia depende dos valores que promove". E vem-me esta frase à memória, neste momento em que celebramos a queda do Muro de Berlim, porque creio que a sociedade ocidental está em fase de viragem, e essa viragem é decorrente de uma estratégia concertada. Vejamos:

A liberdade sem limites é a anarquia Hoje vivemos essa idolatria da liberdade (...) a minha liberdade é tudo e tem que ser mais

O Comunismo – como todos os sistemas políticos quando abandonam os valores que os criaram e os justificam – teve cedo os dias contados. No fundo, nasceu a partir da ideia de dialéctica e, com o decurso do tempo, matou essa dialéctica sobre a qual foi edificado, através da opressão. Quem assistia aos cenários catastróficos da vida quotidiana dos países da "Cortina de Ferro" dos anos 70 e 80, via bem que as "mais amplas liberdades" (na expressão de Álvaro Cunhal) iriam dar no que deram. A queda do "Muro" teve a virtualidade de nos demonstrar o poder e a vitalidade dos sistemas de economia de mercado diante dos sistemas planificados. E isso, e o que trouxe de progresso e de bem-estar àqueles que até aí foram oprimidos, é suficiente para ter valido a pena.

Mas não creio que o Comunismo, ou a Esquerda, tenham desaparecido no combate à Democracia. Antes pelo contrário. Penso que alteraram a estratégia, em prol da eficácia. E com bons resultados.

Como todos se lembrarão, a base da civilização ocidental, no modelo norte-americano, assentava na ideia da Liberdade. A estátua de Nova Iorque é o símbolo de

uma América próspera, base do mundo moderno. Ora, extinta que foi a possibilidade de combater o Capital, a Religião, ou mesmo a Liberdade e a Democracia, haveria que buscar, no interior da própria Civilização Ocidental, a sua pedra de toque. E destruí-la.

A queda do Muro de Berlim foi o início dessa segunda fase de destruição. Sendo a liberdade, a base da civilização ocidental, os seus inimigos conseguiram criar a ideia do endeusamento ou da idolatria dessa liberdade como forma de destruir as instituições que criaram e justificam todo o sistema democrático. É que a liberdade sem limites é a anarquia: é uma "bomba de relógio" no sistema. Hoje vivemos essa idolatria da liberdade, o que quer dizer, no fundo, a ausência de valores: a minha liberdade é tudo e tem que ser mais. Mesmo que ponha em causa o outro, ou até o bem-comum. E é por isso que a Democracia perdeu a força, exactamente a partir do momento em que parecia que a tinha ganho: a queda do Muro de Berlim.

Acresce a isto a evolução tecnológica. Huxley, como Orwell, tinha antecipado cenários quase diabólicos em que o Homem se deixava "sobrepor pela Técnica" (na expressão feliz de Oswald Spengler). O que aconteceu, de facto, foi a chacina da Democracia. A Internet e os seus blogues, como espaço e manifestação de liberdade (de uma liberdade idolatrada) que são, permitem a qualquer pessoa parecer aquilo que não é, ser "muitos"; ter o poder que não tem. Há tempos noticiava-se que a BBC tinha sido expulsa do Irão. E essa notícia era vinculada no próprio Irão através de blogues que ninguém de lá conseguiu expulsar. Não sei o que seria e que consequências teria Tiananmen com *Facebooks* ou *Tweeter*s à mistura.

Pergunta-se: E agora? Agora há que repensar a Liberdade e a Democracia. Após a invasão dos vândalos, perguntaram a Santo Agostinho: O que é o Estado? E ele respondeu: "O Estado é o bando que venceu". Quem é hoje esse "bando que venceu"? Creio que terá sido a tal Esquerda que idolatrou a Liberdade. Mas essa, como a antiga Esquerda Comunista, perdeu o controlo das mutações que ela própria criou. E se está organizada para destruir, nunca se organizará para construir: os ataques à Vida, à História, à Liberdade, à Religião são disso bons exemplos.

Aliás, o próprio modelo de Democracia que a referida Esquerda moderna criou já não é, em nada, democrático: Rousseau defendia que a Democracia era a "vontade da maioria"; hoje Democracia é, ao contrário, e nessa lógica de liberdade idolatrada, a protecção dos interesses das minorias. E isto é importante. É porque, focalizando-nos nos interesses dessas minorias, estamos a abrir a porta aos maiores perigos para a Democracia: o fundamentalismo e o relativismo. Este mais não é do que a liberdade levada ao seu extremo: todas as opiniões são igualmente verdadeiras. E isso é uma consequência dos totalitarismos ou, nesta lógica, uma demonstração de que são as práticas totalitárias que estão a lançar os novos modelos de civilização.

Creio que a solução para estes problemas passa pela resposta a duas questões: O que é o Homem? Para que serve? E a resposta a isso exige um compromisso de futuro, uma organização para as próximas gerações, e uma cultura de responsabilidade. O Homem tem que "acertar as contas" com o Poder, isto é, Sociedade, Política, Justiça, Economia (e Comunicação Social) têm que se reequilibrar entre si. Como? Porventura com a restauração dos limites da Liberdade. Isto é, com a revolução moral: o bem comum como fim da actividade humana; e a Política, a Justiça, a Economia (e a Comunicação Social) ao serviço desse bem comum.

A Democracia é uma exigência moral, mais do que um sistema político. Negá-lo seria dar razão a Estaline, Lenine ou Trotsky, ou, noutra linha, a Hitler. A pessoa é mais do que o indivíduo ou até do que o cidadão. E tem a sua comunidade natural: a Família e a Nação são bons exemplos disso, mesmo nesta época de globalizações. A Política, como a Economia, fica-se no superficial. A Moral é o profundo: a capacidade de discernir o bem do mal do Homem e para o Homem.

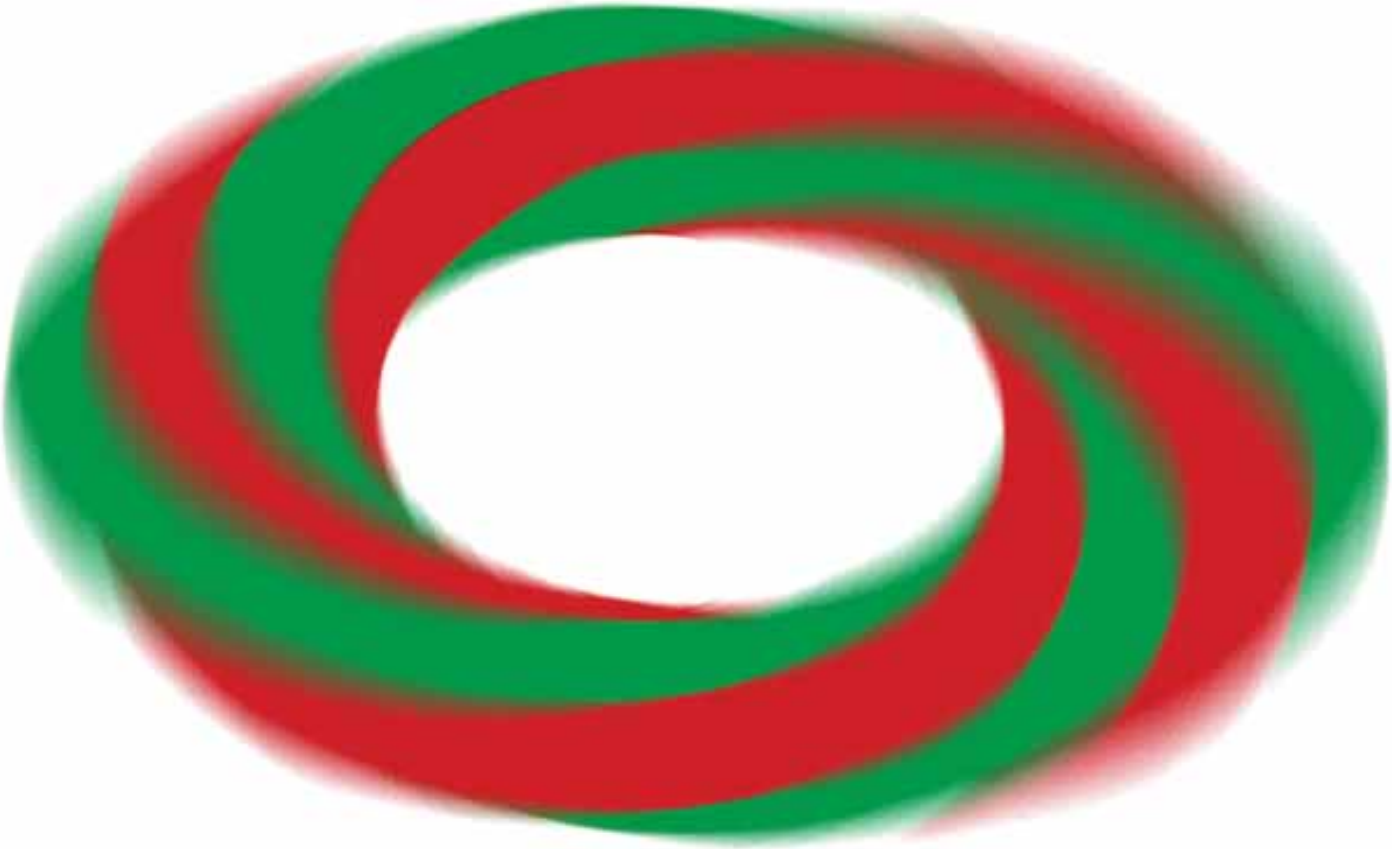
Pilatos, no momento do julgamento mais conhecido da História, quis deixar funcionar a democracia, ou melhor, politizar a Justiça: *Quid est Veritas?, O que é a Verdade*? Cristo respondeu-lhe que era o Homem que tinha diante dele. E com isto desafiou o Mundo com uma proposta que está para além do próprio mal. E por isso ordenou a sua morte. Os terroristas do atentado de 11 de Março, em Madrid, também responderam à mesma pergunta quando disseram: "nós venceremos porque amamos a morte mais do que vocês amam a vida". E por isso matam e matam-se. Creio que qualquer cidadão ocidental saberá em qual destas respostas deve preferir. E assumir a sua decisão.

Neste fim desta década – que foi triste e apática para a História da Humanidade – há sinais e exemplos de esperança. O Congresso dos Auditores da Defesa Nacional, exactamente sobre o tema da "Crise de Valores" é um deles. Sobretudo pelo grau de exigência que nos deixa. Desejo vivamente que os próximos tempos sejam de coragem e afinco na defesa de um modelo de Civilização que, não sendo perfeito, é o que melhor se adequa à dignidade do Homem e à sua felicidade. A relevância da Moral e do Bem comum como fim da actividade política são partes dela.

E já que estamos em época de comemoração dos vinte anos da queda do Muro de Berlim, termino com uma evocação histórica. Quando do encontro entre Mikail Gorbachev e Erich Honecker, por ocasião do quadragésimo aniversário da Republica Democrática Alemã, o Chefe de Estado soviético advertiu o seu homólogo alemão com uma frase que ficou célebre: "a História castiga os que chegam tarde". Não se enganou. Oxalá todos nós consigamos, a tempo, cumprir a missão de cidadania que o progresso da História nos exige. Cada vez mais.

Autor

José António Silva e Sousa
Advogado e
Auditor do CDN 2002



AACDN

A Continuidade do Curso de Auditores de Defesa Nacional

Talvez seja pretensioso equiparar o nosso curso a uma pós-graduação académica mas (...) existem muitos mestrados com menos horas de lições

Todos nós tivemos o privilégio de frequentar o Curso de Auditores de Defesa Nacional, sendo patente o orgulho da generalidade dos auditores por esse facto, marcante nas nossas vidas, tanto ao nível da nossa formação intelectual como pessoal.

Talvez seja pretensioso equiparar o nosso curso a uma pós-graduação académica, mas a dedicação, o tempo dispendido, as horas de estudo, as pesquisas efectuadas, as reuniões havidas não

podem ser consideradas como um mero *hobby*. Com efeito, existem muitos mestrados com menos horas de lições.

Apesar do Curso de Auditores de Defesa Nacional não ter a vertente de sujeição a exames, tem a característica de mostrar, através do contacto pessoal e das intervenções nas conferências e trabalhos realizados, o nível intelectual, sócio-profissional e de personalidade de cada um de nós e isso é importantíssimo para a criação de laços, que seguramente ficarão para sempre.

Auditor vem do latim *auditor, oris*, isto é, o que ouve, auditor, ouvinte. Nós "ouvimos" o que nos foi transmitido durante o curso no IDN, mas também participámos activamente nas actividades desenvolvidas. Nesse sentido, entendemos ser fundamental que exista uma continuidade após o curso, o que só poderá acontecer através da participação na Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, não só por ser uma forma de imediata identificação com o curso que frequentámos no IDN, mas também por ser a continuação de um caminho de reflexão sobre os grandes temas nacionais e internacionais que este curso proporciona.

Como é do conhecimento de todos, ao IDN compete, em especial, contribuir para:

A definição e a permanente actualização de uma cultura estratégica de Defesa Nnacional;

O esclarecimento recíproco dos sectores público, cooperativo e privado, através do estudo, divulgação e debate dos grandes problemas nacionais e da conjuntura internacional com incidência no domínio da Defesa Nacional;

A sensibilização da população para os problemas da defesa nacional, em especial no que respeita à consciência para os valores fundamentais que lhe são inerentes, para os factores que a ameaçam e para os deveres que neste domínio a todos vinculam;

A promoção de estudo e da investigação nos domínios da segurança e das relações internacionais.

Cabe a cada um de nós, na qualidade de Auditores de Defesa Nacional, que estivemos a beneficiar de um curso de excelência, patrocinado pelo erário público, dar a nossa contrapartida cívica, dinamizando a AACDN, que é desde há muito uma reconhecida associação cívica.

Constata-se um progressivo alheamento por parte dos auditores em relação ao trabalho desenvolvido pela AACDN, talvez por desconhecimento do mesmo, talvez por um espírito menos associativo – que no fundo é reflexo da atarefada e apressada sociedade actual, que relega para segundo ou terceiro plano a participação cívica e o debate de ideias –, ou por qualquer outro motivo.

O associativismo tem sempre como "pano de fundo" a sociedade em geral e, de facto, cada vez menos as pessoas se envolvem em actividades associativas que não tenham um fim económico à vista.

Cabe a cada um de nós (...) dar a nossa contrapartida cívica, dinamizando a AACDN

S R

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Instituto da Defesa Nacional

Diploma

Major Francisco Marques Fernando

Completou neste Instituto, em 08 de Junho de 2000, o

Curso de Defesa Nacional 2000

Para que conste, se passa o presente diploma que vai assinado pelo Director e firmado com o selo branco.

Lisboa, 30 de Novembro de 2000

O Director do IDN

Major General Luís Vasco Valença Pinto

Contudo, nós, Auditores de Defesa Nacional, pela formação que nos foi prestada, temos especial obrigação em dar o nosso contributo, o que constitui um exercício de democracia, conduzindo a uma efectiva cidadania.

Autora

Anabela Pouseiro
Sócia n.º 923/06 da AACDN

X Congress

Novos Equilíbrio

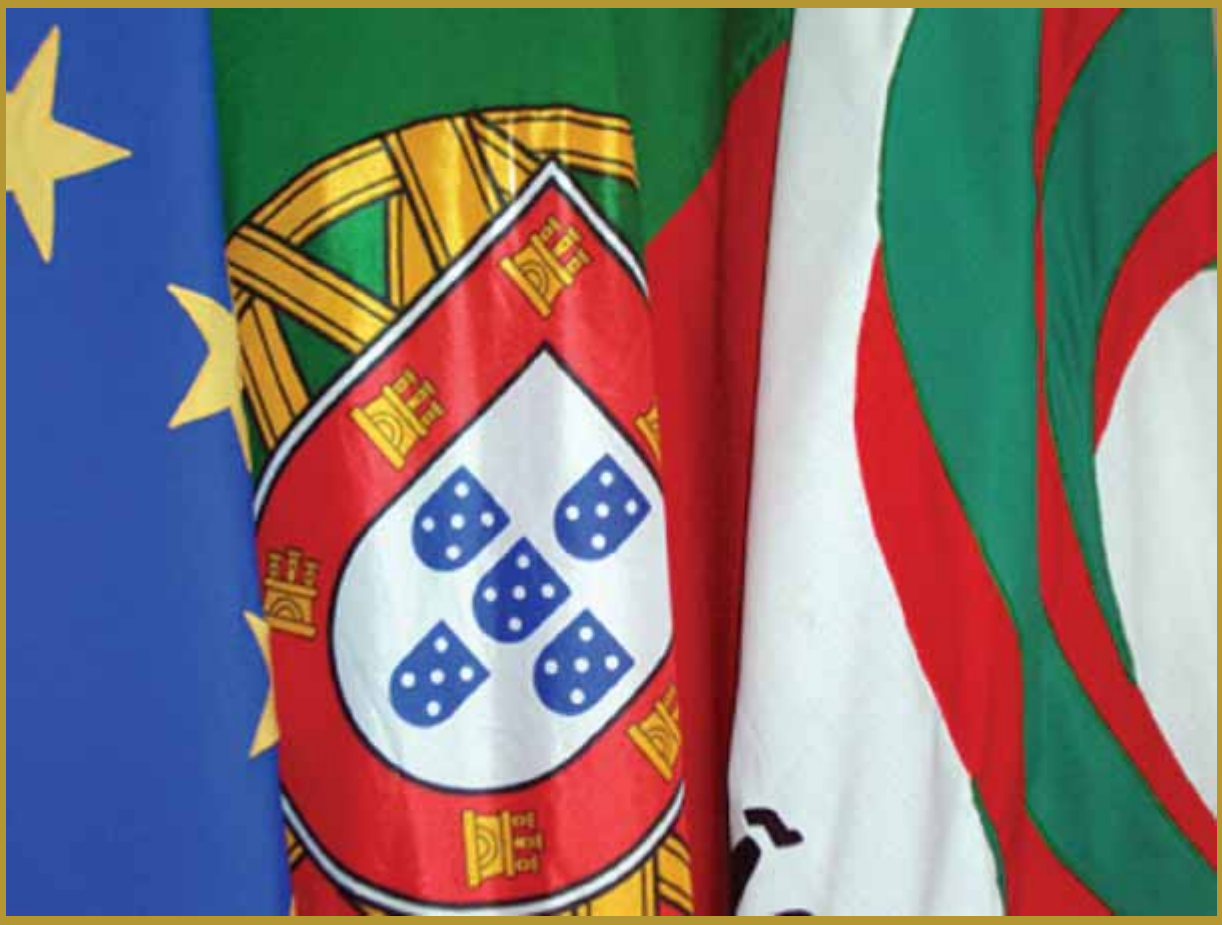
Subordinado ao tema em epígrafe, o X Congresso Nacional, este ano, contrariamente ao que tem sido costume, realizou-se em Lisboa, no Instituto de Estudos Superiores Militares, e preencheu os dias 23 e 24 de Outubro, disponibilizando-se o dia 25, domingo, para uma visita a instalações da Marinha de Guerra Portuguesa na Base Naval do Alfeite, nomeadamente a visita ao CITAN e ao Grupo de Fuzileiros.
O programa, divulgado no anterior boletim, foi cumprido com sucesso e com uma muito agradável participação de auditores, familiares e amigos da AACDN, que fizeram com que a audiência, apesar de variada, fosse selecta.
Para além dos diversos auditores e representantes dos três Ramos das Forças Armadas, destacam-se:
A conferência do Prof. Doutor Guilherme de Oliveira Martins, alusiva à *Crise, Valores de Cidadania e Defesa Nacional* (inserta em caixa, muito resumidamente); e a conferência do Vice-Presidente da ADESG, Contra-Almirante José Pardellas, que pôs em evidência a Amazónia, em termos ambientais, com citações de várias entidades de relevo, nomeadamente do ex-Vice-Presidente dos EUA, Al Gore ("ao contrário do que os Brasileiros pensam, a Amazónia não é deles, mas de todos nós"), do ex-Presidente da França, François Miterrand ("o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazónia") e do Presidente da OMC, Pascal Lamy ("a Amazónia e as outras florestas tropicais do planeta deveriam ser consideradas bens públicos mundiais e submetidas à gestão colectiva, ou seja, gestão da Comunidade Internacional").

Destacamos, ainda, o Dr. Fernando Negrão, com *A Escolha de um Novo Modelo para a Segurança em Portugal* e o Prof. Doutor José Manuel Anes, que falou de *Estratégias de Conquista das Populações no Combate ao Terrorismo, às Insurgências e à Criminalidade Urbana*.
A figura do insígne auditor Major-General Mário Lemos Pires foi evocada *In memoriam* pelo Tenente-General Abel Cabral Couto, que, com mestria, traçou o seu perfil de militar, homem de Estado e Auditor de Defesa Nacional e, também, de seu colega e camarada.
Após a cerimónia de encerramento do Congresso, um jantar comemorativo do 27º aniversário da AACDN teve lugar no Forte de S. Julião da Barra, em Oeiras, que contou com a participação do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Embaixador João Mira Gomes.

A actual crise financeira mundial obriga a repensar a atitude das pessoas relativamente à sociedade, à economia e à cultura. Nas suas origens, a crise fundou-se no culto das aparências, da ilusão e da especulação, em lugar da criação, do respeito mútuo e da consciência da importância da equidade e da solidariedade entre gerações. É, no fundo, a coesão social que está em causa. Viver acima das possibilidades e dos meios, esquecer as responsabilidades para com as gerações futuras são factos que afectam gravemente os fundamentos das sociedades humanas. Ainda que muito se fale de cidadania, a verdade é que, muitas vezes, os valores de cidadania são esquecidos, em nome do imediatismo e das aparências. O que está em causa é a liberdade e a responsabilidade, a solidariedade e o respeito mútuo, a igualdade e a coesão, a equidade e a justiça. A cidadania é a peça-chave do

so Nacional

os – Sair da Crise



Estado de Direito, baseado no primado da lei, na legitimidade da origem e do exercício e da justiça como valor. E a cidadania activa baseia-se no valor universal da dignidade da pessoa humana. O mercado, os mecanismos de regulação económica, o Estado e o serviço público têm, assim, de ser considerados não como fins em si mesmos, mas como factores e instrumentos da cidadania. Como ficou patente nos últimos desenvolvimentos de economia mundial, instalou-se a tentação de confundir fins e meios, esquecendo que a economia tem de existir para as pessoas. O capital social liga assim a satisfação das necessidades aos elos sociais que criam relações de confiança – entre as pessoas e relativamente às instituições. Eis porque a Defesa Nacional e uma Cultura de Paz têm de ligar economia e sociedade, necessidades e pessoas.

Guilherme de Oliveira Martins

O termo crise, do grego *krisis,* é empregue para a designação de uma situação anormal, grave, perigosa, ou, mesmo, aflitiva, para uma dada comunidade ou sociedade. Contudo, também se utiliza para significar um momento de alteração, de viragem ou de separação. Ou seja, a crise, em qualquer das concepções denominativas, surge como um momento de ruptura, de uma ocasião a partir da qual se é obrigado a decidir novos rumos ou orientações, de modo a evitar idênticas situações que se mostraram nefastas para uma dada sociedade. Na verdade, a crise implica a procura de outras soluções.

Daqui se infere que uma situação de crise nunca deve ser entendida como um espaço de estada, nem, muito menos, considerada como um fim ou objectivo. Por outro lado, também não se pode concebê-la como um tempo para o plantio permanente de desculpas e adiamentos. Como em todas as decorrências, existe sempre uma parte positiva e outra negativa. Tal constatação aplica-se igualmente à crise.

Mais do que gastar tempo em encontrar os culpados – uns por maldade, outros por passividade e ainda outros por ignorância – importa à crise a sua análise, a fim de a mesma poder ser entendida. É que, sem uma compreensão dissectiva e detalhada da sua realidade, só por mero acaso se poderá evitar uma reedição, vindo este estudo a constituir, efectivamente, o aspecto assertivo da crise.

Por outro lado, é devido a momentos como este, de dificuldade, que a Humanidade, através das suas múltiplas sociedades constituídas, se reinventa e desperta para novos horizontes e até, por vezes, para uma maior solidariedade. Veja-se o salto evolutivo que ocorreu após a crise que levou à 2ª Guerra Mundial.

Alguns *entendidos porta-vozes*, respaldados em grandes *lobbys* transnacionais, continuam a afirmar que o capitalismo vive ciclicamente com crises e, portanto, esta é mais uma das muitas que ainda deverão surgir – *pelo que é preciso ter calma... deixar fluir o mercado, que o mercado acaba por se ajustar... e o que está a acontecer é uma consequência da globalização... que tudo acaba por se resolver...* etc., etc..

Para tão *iluminadas personalidades*, e enquanto a Humanidade existir, o fenómeno crise parece constituir um dos seus *ex-libris*...

Para outros *conhecedores*, possivelmente mais realistas, esta crise é um ponto de viragem absoluto, parecido com a lei fisiológica do tudo-ou-nada, da contracção muscular. Deste modo, não há tempo a perder com situações sócio-económicas comprovadamente desastrosas, devendo a nossa atenção, pelo contrário, recair de imediato nas que ainda apresentam boas hipóteses de uma apropriada solução terapêutica.

A este propósito, vejam-se as preocupações que emergiram recentemente da reunião do G20 e as decisões apontadas no discurso do presidente Obama, nas Nações Unidas, em 23 de Setembro.

Assim (...) permitam-me que coloque algumas questões:

– Será que, na decorrência de todo este tempo, ainda não se aprendeu convenientemente a lição, ou se, como aluno repetente e pouco preparado nestas matérias, se está ainda à espera da época de recurso para tentar passar no exame?

– Não será preocupante pensar como foi possível terem-se esboroado, em poucos dias, cerca de 10 triliões de Euros, arrastando neste aluvião, empresas, fábricas e bancos, e deixando, como corolário, o desemprego com números inimagináveis e há muito não vistos, a par da fome e do desespero de muitas famílias?

– Não será preocupante a manutenção de um sistema assente num marcado individualismo e em leis de mercado que se têm vindo a verificar como geradoras de arbitrariedades, de desigualdades e de insegurança, além de contribuírem fortemente para a depredação do ambiente?

– Não será preocupante a manutenção de um sistema que incentiva a um consumismo despropositado e em que os grandes referenciais de culto englobam a competição desenfreada, o acumular de bens e a sua ostentação, associando-os ao moderno conceito de felicidade?

– Não será preocupante que grande parte dos jovens aprendam tão cedo a conjugar os verbos querer, comprar e ter, e de não terem aprendido – nem tão pouco aparece frequentemente no seu léxico – a conjugação de verbos como compartilhar, empres-tar, doar; nem arranjarem espaço para uma solidariedade consistente, apesar da existência de algumas franjas de bondosos e sacrificados voluntários?

– Não será preocupante que os governos de alguns Estados, à sombra de uma "pseudo-democracia", continuem a demonstrar uma verdadeira impotência

no controlo da criminalidade – simples ou organizada – seja ela efectuada por bandos autóctones ou por membros de minorias étnicas?

– Não será preocupante que a autoridade de alguns Estados seja igualmente questionada quanto à sua capacidade de fiscalização dos núcleos que, na verdade, detêm o poder – quer o económico, quer o financeiro – sejam eles de nível doméstico, ou de nível multinacional?

É que (…) o problema da crise, como é do vosso conhecimento, não se reverte somente num corolário económico-financeiro, mas, mais a montante, no dos valores éticos pelos quais se deve reger a sociedade no seu todo.

O problema (…) também está no facto de os núcleos susceptíveis de poderem influenciar ou, mesmo, exercer poder efectivo sobre o Estado, não terem sido eleitos, nem os seus programas sufragados pela sociedade em referência.

É que não se trata de uma simples questão de mudança de quem exerce o mando, nem tão-pouco de uma questão idêntica à de um jogo de monopólio. Trata-se, na realidade e infelizmente, de um jogo, à escala humana, cujos dados rolam num meio onde existe sangue, muito suor e lágrimas.

Max Weber afirmou, no final do séc. XIX, princípio do séc. XX, que "só o Estado é sociologicamente definível quanto à detenção do monopólio da violência física", ou seja, é outorgada ao Estado a capacidade para utilizar a violência, entendida esta num espectro mais alargado, desde os mecanismos judiciais para fazer com que os cidadãos acatem as leis e a autoridade de quem exerce o poder, à violência efectiva, quer para a segurança interna – a fim de conter qualquer outro tipo de agressividade ou violência emergente na sua sociedade –, quer para a defesa da integridade territorial.

Como este autor afirmou, ainda que não seja o único meio de que o Estado se serve, nem o mais usual, qualquer sociedade que se assuma democrática e minimamente organizada entende esta realidade,.

Tal constatação implica que qualquer país independente, que queira ter o respeito que lhe é devido, tem de olhar séria e judiciosamente para as suas forças de segurança e, sobretudo, para as suas Forças Armadas, a fim de que as mesmas possam garantir e manter a exequibilidade da trilogia atrás mencionada – a governação do Estado e a segurança dos seus

cidadãos, bem como, minimamente, a defesa do seu território.

É nesta ordem de preocupações que a AACDN promove o seu X Congresso, destinado a aflorar os *Novos Desafios* que se apresentam para *Sair da* Crise. Na impossibilidade de abarcar, dada a escassez de tempo, a multiplicidade de vertentes que incluem estes desafios, foi do nosso entendimento designar, para se debatereem, algumas abordagens relacionadas com a Economia, com a Segurança e, igualmente, com os Valores que devem ser verdadeiras referências de uma Sociedade.

Assim, só me resta agradecer, em nome da AACDN, a sentida honra pela presença de todos vós e desejar que este congresso, pelo conteúdo dos seus trabalhos, marque uma viragem para o bem do futuro de Portugal!

Joaquim Silveira Sérgio

Em síntese, podemos dizer que o **X Congresso Nacional** cumpriu os objectivos, ao especular o tema proposto, pois transformou-se num fórum de debate de ideias acerca da crise, analisada esta nas suas mais variadas vertentes – crise financeira, crise económica e, acima de tudo, crise de Valores.

Os conceitos de Família, de Educação, de Honestidade, de Honorabilidade, de Liberdade estão a esboroar-se, por falta do pilar fundamental – a Ética.

Falou-se da crise financeira, da Cultura entendida como diálogo entre a Educação e a Ciência; falou-se da sociedade actual envelhecida que não tem capacidade para sustentar a cobertura social, da demografia, do crescimento negativo na Europa e do contrastante crescimento excessivo em África e na Ásia; falou-se da segurança marítima e da moderna pirataria, da sustentação da Marinha através da partilha de informação, da cooperação internacional e empenhamento operacional, das novas exigências do Exército que tem de ser moderno, adaptado, flexível, capaz de actuação conjunta e combinada, que evidencie Força e orientação para o processo de excelência; falou-se de segurança na sociedade moderna, da necessidade da criação de um sistema integrado de informação criminal; falou-se do terrorismo actual e dos motins urbanos, da necessidade de ganhar a batalha das mentes e dos corações, bem como ganhar a confiança das populações; enfim, abordaram-se os mais diversos problemas que afectam a sociedade, tais como a cooperação internacional e os laços de solidariedade entre os povos, da liberdade desenfreada e da violência escolar.

Por isto tudo, devemos concluir que o Congresso foi um êxito.

Impõe-se urgente S.O.S.

Concluído o balanço da actividade político-educativa levada a efeito pela equipa ministerial dirigida por Maria de Lurdes Rodrigues – cujo saldo final, escandalosamente negativo, a vai celebrar na História como a governante que mais contribuiu para a degradação da Escola, do Ensino e da Educação em Portugal – ante o panorama que se vislumbra da gávea, a reacção é a de, em situação de evidente e iniludível desespero, lançar angustiado S. O. S. a ver se, para lá do horizonte, onde a vista não chega, existe alguém que ainda nos possa acudir.

De facto, tomando em consideração tanto o perfil quanto o *curriculum* da equipa que ora pontifica no Ministério da Educação, bem como as afirmações produzidas, pela sua actual líder sobre a política e o programa do Governo para a Educação, é de concluir que o processo de degradação do sistema educativo não pára e vai prosseguir de forma acentuada e incontrolável.

Centrar a actividade ministerial no conflito com a classe docente, despoletado pela ligeireza de uma medida governativa de carácter eminentemente contabilístico e financeiro (era imperioso reduzir o *deficit* que, entretanto, vem aumentando brutal e assustadoramente), sem atender às consequências de natureza pedagógica e científica que implica, é, no mínimo insensato. Sobretudo, porque este iníquo modelo de avaliação de professores, preconizado, elaborado, produzido, ensaiado e alterado pela equipa ministerial anterior, é ínvio, dado que completamente desajustado à função docente a que se dirige, em nada contribuindo para o aprofundamento do rigor científico do Ensino e para a real melhoria da qualidade ético-pedagógica da Educação.

Neste contexto de feição redutora, na antevéspera da discussão do Programa do Governo no Parlamento, o Grupo Parlamentar do PSD promoveu a realização de um debate público no auditório do edifício novo da Assembleia da República, subordinado ao tema *"Um Rumo para a Educação"*. A finalidade traduzia-se em reunir consensos indispensáveis com vista à construção de um modelo de educação que, devidamente reflectido, ponderado e ajustado à realidade actual, sirva os interesses da Juventude e do País. Para proceder ao respectivo enquadramento foi convidado o Professor Santana Castilho, docente do ensino superior na área específica da formação de professores e atento observador da *involução* do sistema que conhece em profundidade, dado nele vir desenvolvendo a sua actividade há cerca de quarenta anos.

De vigia na gávea, pareceu-me estar a caminho o auxílio ansiosamente esperado pela companha desorientada e desavinda. Importaria tão-apenas que, embora sem total concordância no domínio das ideias, se vislumbrassem unidade na acção e consonância no fundamental objectivo de qualquer sistema educativo: proporcionar à Juventude a aquisição de instrumentos científicos, éticos e operacionais que lhe permitam prosseguir com segurança, convicção e empenho no rumo da sua humanidade plena. Bastava para tanto que entre os elementos da companha florisse um elevado sentido do Outro e cada qual se empenhasse desinteressadamente na sublime tarefa. Puro engano!...

Desde logo se manifesta o CDS que, não querendo perder o protagonismo que neste campo imagina ter, minimizou e desvalorizou publicamente o evento. De seguida, reage o Governo através do ministro dos Assuntos Parlamentares, reafirmando, um tanto despropositadamente, a determinação de prosseguir no rumo anteriormente definido, posto que simulando calculista desvio da rota.

Entretanto, o debate decorreu animado, aberto e policromo. Todavia, malgrado o esforço desenvolvido pelos promotores do colóquio no sentido de se centrar no tema em apreço, *"Um Rumo para a Educação"*, os vários e sucessivos intervenientes preferiram enfatizar a discussão em torno da posição e medidas a tomar pelos sindicatos e demais organizações de docentes relativamente ao actual modelo de *Avaliação de Professores* e ao vigente *Estatuto da Carreira Docente*, cuja suspensão reclamam e exigem. Estas matérias constituem o móbil das negociações anunciadas para breve entre o Ministério da Educação e os representantes legítimos e legitimados dos docentes, sendo provável que se arrastem indefinidamente, em face do radicalismo manifestado por cada uma das partes, pese embora as declarações em sentido diverso da nova ministra.

Outros assuntos foram pontualmente abordados, de acordo com os interesses, o humor e a inspiração dos intervenientes, tais como: modelo de gestão das escolas e dos agrupamentos escolares; escola a tempo inteiro; projecto das Novas Oportunidades e a fidelidade científica dos diplomas que confere; escola inclusiva e os protestos a que dá azo entre os pais e os outros parceiros; "aulas" de substituição e a indisciplina que, imperativamente, suscitam; estatuto do aluno e a decorrente irresponsabilidade discente a que conduz; exame prévio de admissão à docência.

Serviu a abordagem destes temas para trazer a nu, embora de forma subliminar, o latente conflito de interesses mesquinhos – pessoais e de grupo – que mina a coesão da companha na muito mal governada nau da Educação.

Entretanto, uma voz dissonante do tom geral se fez ouvir (mas não escutar): a da Associação Nacional de Professores. Ao jeito de arrolamento, enunciou questões de fundo que se lhe afiguram carecer de reflexão profunda e sistemática. Entre elas referiu a necessidade de maior abertura ao diálogo na definição das políticas educativas; a assunção dum discurso e duma prática governativa que dêem ênfase ao conhecimento, ao rigor científico e à responsabilidade; a promoção da descentralização e da autonomia das escolas, procedendo-se à elaboração e aprovação da respectiva lei; a reavaliação dos programas, dos currículos e das respectivas cargas horárias, tendo em vista a adequação aos actuais níveis de desenvolvimento e informação das crianças e jovens; a definição de perfil geral e específico de competências docentes e respectivo processo de formação inicial de professores; a criação de condições para a motivação intrínseca dos docentes no sentido da sua autoformação permanente; a elaboração, discussão e aprovação de um *Código Deontológico Docente* que, no âmbito de um quadro de valores e princípios do Humanismo Personalista, enuncie claramente os direitos e deveres dos profissionais da Educação; o reconhecimento do direito à Auto-regulação da Profissão Docente, visando a consequente criação de um organismo de natureza pública por ela responsável.

Os motes lançados, quiçá pela natureza especulativa e teórica dos conteúdos em causa, não suscitaram grande motivação, não sendo, assim, glosados. Mas significativo e digno de especial registo é o facto de, sedentos de notícias temperadas com o sal da intriga e a pimenta do escândalo, os órgãos de comunicação social presentes ignorarem completamente estas questões, fundamentais para a construção de um sistema educativo coerente, justo, rigoroso, equilibrado e eficiente, capaz de assegurar condições para o desenvolvimento científico, cultural, social e económico do País.

Em face deste panorama, empenhada a marinhagem na estéril disputa entre si de favores menores e despiciendos pratos de lentilhas, preocupado o pessoal da casa das máquinas com o controlo e domínio das arrumações da nau, entregues o comando e a definição do rumo e da rota a inexperientes e néscios oficiais desconhecedores da fúria dos elementos que se agitam ferozmente no mar encapelado da política educativa, ao vigia apenas resta o lançamento de angustiado e quase desesperado S. O. S..

P.S. Como era de esperar, das negociações realizadas entre o Ministério e os sindicatos de professores (treze, ao todo) resultaram, até agora, a ambiguidade e a indefinição. Aguardemos pelo que se segue.

Autor

Pinho Neno
Mestre em Ciências da Educação
Sócio nº 572/96 da AACDN

Acontecimentos & Actualidades

Segurança e Defesa

Teve lugar, no passado dia 24 de Novembro, na Academia de Ciências, a conferência de lançamento do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa, a realizar nos dias 24 e 25 de Junho de 2010, no Centro de Congressos de Lisboa.
Foram oradores o Professor Doutor José Manuel Anes, Director da Revista *Segurança e Defesa*, o Contra-Almirante Carlos Rodolfo, Presidente da AFCEA-Portugal, e o Dr. Figueiredo Lopes, Presidente da Comissão Organizadora. O Professor Doutor Adriano Moreira, Presidente da Comissão Cientifica do Congresso e Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências, proferiu uma alocução subordinada ao tema *Contributos para a Estratégia de Segurança Nacional*.
As palavras de encerramento foram proferidas pelo Dr. Abílio Morgado, consultor do Presidente da Republica para a Segurança Nacional.
A AACDN fez-se representar pelo seu Vice-Presidente, Dr. Marques Fernando.

Uma Palavra de Agradecimento

A sua colaboração com a AACDN verifica-se já desde 2001, em três mandatos, embora não consecutivos, na feitura deste boletim que, qual revista, tem dado boa visibilidade à Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.
A palavra de agradecimento é, pois, para Elisa Pio, funcionária administrativa do *Jornal do Exército*, que, sob a orientação do Editor do Boletim, vem demonstrando bom trabalho de composição gráfica, estampado no *Cidadania e Defesa*, apreciado por todos os seus leitores.
A Direcção da AACDN entende, assim, prestar-lhe este público agradecimento.

Assembleia Geral Eleitoral

No dia 5 de Março de 2010, pelas 21H00, terá lugar uma Assembleia Geral Eleitoral, que decorrerá no Instituto de Estudos Superiores Militares, em Pedrouços, com o fim de serem eleitos os novos Corpos Sociais da AACDN, para o biénio 2010/2011.
São permitidos os votos por correspondência e por representação, nos termos dos artigos 23.º e 24.º do Regulamento Eleitoral da AACDN.
As condições de participação na AGE são as fixadas no artigo 3.º do Regulamento Eleitoral.

Existem duas listas candidatas ao acto eleitoral.

FELIZ 2010

Sábados Culturais

1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-**12**-13-14-15-16-17-18
19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31

Janeiro-Fevereiro-Março-Abril-Maio
Junho-Julho-Agosto-Setembro-Outubro
Novembro-**Dezembro 2009**

A arte de bem receber em Coimbra

A visita a Coimbra. da nossa Associação, em 12 de Dezembro, apesar dos incontestáveis encantos da cidade, estava longe de, à partida, ter o sucesso garantido, visto que o tempo previsto era curto para a ida, visita à cidade, almoço e regresso.

Porém, a visita ultrapassou, em muito, as minhas expectativas e, pelo que me apercebi, também as dos quarenta e dois participantes. Não vou tão longe como uma senhora que, na viagem de regresso, afirmou que "tinha sido o dia mais feliz da sua vida", mas considero que a qualidade desta iniciativa da AACDN, numa visita de um dia, em Portugal, não tem paralelo em toda a história da Associação.

Na base do sucesso estiveram os nossos anfitriões, Presidente e Vice-Presidente da Delegação de Coimbra, respectivamente o Prof. Doutor João Victor da Silva Pereira e o Engº João José Gomes Rebelo, bem como as personalidades que convidaram para apresentar os diferentes locais seleccionados. Todos tinham como características comuns a competência e o empenhamento na sua participação.

Daqui resultou uma singular forma de visitar Coimbra, por conjugar a beleza e imponência do que se via com o que, simultaneamente, se ouvia, nas excelentes exposições verbais, em bom português coimbrão, ou nos momentos musicais que nos proporcionaram

A visita começou pelo Museu Nacional Machado de Castro, apresentado pela Directora, Dr.ª Ana Alcoforado. A sua tarefa não era fácil, visto que o museu se encontra em construção e apenas uma pequena parte é visitável. Trata-se de uma obra de vulto, de grande complexidade por ter que conciliar as construções existentes (Criptopórtico romano, Paço episcopal e igreja de S. Francisco, que constituem um museu dentro do Museu) com construções novas e colecções riquíssimas, sobretudo de escultura (pensou-se ser ali o Museu Nacional de Escultura) e pintura flamenga.

A Directora iniciou a sua exposição procurando dar uma ideia do futuro museu, recorrendo à sua maqueta, continuou com a visita guiada à igreja de S. Francisco, em reconstrução, e terminou com a visita ao enorme Criptopórtico.

A exposição da Directora (para mim o melhor desta visita ao museu) foi notável pela clareza, simplicidade e empenhamento que revelou, sendo patente a sua paixão pelo "seu" museu que contagiou muitos dos presentes e transmitiu a certeza de que se está a construir em Coimbra um notável museu.

O passo seguinte foi a Igreja da Sé Velha, o conhecido templo românico, existente desde a fundação da nossa nacionalidade, onde, todos os anos, na escadaria principal, se realiza a serenata monumental da

Queima das Fitas.
A visita à Sé Velha foi conduzida pelo pároco (onde está há 32 anos), Monsenhor João Evangelista, que começou por nos apresentar, como exemplo das forças da natureza, uma oliveira milenar pujante de vida, apesar de ter sido plantada cortada ao meio, para poder passar pelas estreitas ruas da Alta Coimbrã. Ficaram na nossa memória as explicações que fez da fachada principal, do corpo da igreja e sobretudo do altar-mor gótico.
Acompanhou a visita à igreja o Dr.João Mariz (Economista), em representação da "Liga dos Amigos da Sé Velha", um exemplar grupo que, em regime de voluntariado, promove a dinamização cultural do monumento e que teve a amabilidade de nos oferecer, no claustro, as famosas queijadas de Pereira e uma taça de *champanhe*, enquanto nos apontava o túmulo do Conde, antes Alvazir, D. Sizenando, personalidade muito recordada em Espanha, mas que os portugueses desconhecem.
Parámos a seguir na Torre de Almedina onde o Engº Gomes Rebelo aproveitou para nos apresentar a história do desenvolvimento da cidade, a localização da sua muralha, de que só resta, nesta zona, o Arco de Almedina, a localização da universidade na rua da Sofia (com o dobro da largura da Sorbone) antes da sua localização actual, no então Palácio Real.
À entrada da igreja de Santa Cruz encontrava-se um representante do Presidente da Câmara que recebeu os cumprimentos do nosso Presidente e que nos presenteou com elementos alusivos à cidade, onde não podia deixar de incluir, dentro do espírito da visita, um elemento musical (CD com músicas da região coimbrã, alusivas ao Natal).
Na Igreja de Santa Cruz, no interior da qual o púlpito de Nicolau Chanterene sempre me fascinou, começou a parte musical da visita, traduzida num concerto no órgão da igreja, recentemente recuperado, pelo organista oficial da Sé, Dr. Isaías Hipólito, que apreciei mas que o meu irmão melómano, que me acompanhava e cuja opinião é bem mais fiável, classificou de excelente.
Seguiu-se a deposição de um ramo de flores no túmulo de D. Afonso Henriques pelo presidente da Associação.
O último passo do programa era o almoço no "Basófias". Enquanto navegávamos pelo Mondego e apreciávamos as suas belas margens, o almoço era acompanhado por uma exposição do Eng.º Gomes Rebelo que nos ia explicando as grandes modificações resultantes da construção da comporta, da regularização do caudal do rio com a construção de barragens, do programa Polis, da construção da bela ponte pedonal, do aumento das zonas verdes numa e noutra margens... Acabando por nos fazer sentir que, nos últimos anos se têm verificado melhorias significativas na cidade junto ao rio.
Seguiu-se um interessante momento musical com o Dr. António Cortes a cantar Zeca Afonso, o Prof. Doutor Julião Sousa, da Guiné-Bissau (o primeiro doutorado neste país lusófono), a cantar mornas e, finalmente, fados de Coimbra com a participação do Prof Doutor Silva Pereira, que pertence ao grupo dos Antigos Orfeonistas de Coimbra e que revelou uma voz, para mim, ainda mais bonita que a dos seus parceiros. Neste caso eu e o meu irmão estivemos de acordo quanto à excelência do momento musical.
No final, o Presidente da Delegação de Coimbra afirmou, numa parte do seu discurso, que esta visita a Coimbra da Associação era uma antiga aspiração sua que já estivera para ser realizada mas que só agora tinha, finalmente, conseguido levar a cabo, pouco tempo antes de terminar o seu mandato.
Ainda bem que o conseguiu, pois muito dificilmente, com os meios que tinha, poderia apresentar um programa mais atractivo, congregar melhores apoios e encontrar uma forma mais brilhante e exemplar de terminar o seu mandato. Se o meu irmão e cunhada, também exigentes conimbricenses de gema, ficaram encantados com a perspectiva da cidade que lhes proporcionou a visita, não é de estranhar que o efeito ainda tenha sido mais forte nos restantes participantes, com bem menor vivência coimbrã.
Os nossos anfitriões estão, assim, de parabéns, têm todas as razões para se sentir orgulhosos pela forma como nos apresentaram a sua (e também minha) cidade e bem merecem o nosso respeito e gratidão pela visita que nos proporcionaram.

António Luis Pedroso de Lima
Sócio n.º 51/81 da AACDN

Empresas amigas em 2009

Montepio

REN
Redes Energéticas Nacionais

BPI

O Programa Nuclear Iraniano e Norte-Coreano

Tendo em atenção a preocupação que a capacidade nuclear, quer do Irão, quer da Coreia do Norte, gera na opinião pública, a AACDN, através do seu boletim, dá a conhecer o assunto, segundo a opinião de dois expertos na matéria, Pedro Prata e Pedro Sousa

a República Islâmica pretende dominar o ciclo nuclear de forma a possuir uma latente capacidade nuclear

O programa nuclear iraniano

A consolidação do estatuto da República Islâmica do Irão como potência regional é um dos mais importantes desenvolvimentos da primeira década do século XXI – as relações entre o regime islâmico e a comunidade internacional têm repercussões de alcance regional e internacional. O programa nuclear do Irão é peça central nesta

consolidação de poder. Curiosamente, foi o *Shah* Reza Pahlavi, apoiado pelos EUA, que iniciou o projecto, no decurso do seu programa de reestruturação económica. Em 1968, o Irão assinou o Tratado de Não-Proliferação (TNP). Na década de 70, com apoio ocidental, foram desenvolvidas as primeiras infra-estruturas, nomeadamente dois reactores localizados em Bushehr. A Revolução Islâmica de 1979 e a guerra contra o Iraque (1980-1988) levaram à suspensão do programa. Os Estados Unidos envidaram esforços diplomáticos significativos para limitar o acesso do Irão à tecnologia e materiais necessários para o desenvolvimento de armas nucleares, biológicas e químicas. Privado do apoio ocidental, que permitiria um desenvolvimento mais rápido e o acesso às mais recentes tecnologias, o regime viu-se forçado a recorrer a outros parceiros – China, Paquistão e Rússia – para continuar o programa nuclear, não respeitando, por diversas vezes, as responsabilidades assumidas ao assinar o TNP.

Em Agosto de 2002, numa altura em que os EUA se lançavam na luta contra o terrorismo, o Conselho Nacional de Resistência do Irão (grupo de oposição ao regime) divulgou a existência de duas instalações nucleares desconhecidas – Natanz e Arak. A Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) verificou, posteriormente, a grande sofisticação e o avançado estado de desenvolvimento destes projectos[1]. Em Setembro de 2003, a Agência quis que o Irão assinasse o Protocolo Adicional ao TNP – para um controlo mais apertado sobre o programa – bem como a imediata cessação do enriquecimento de urânio. A pronta intervenção diplomática da Alemanha, França e Reino Unido (UE-3) originou desenvolvimentos prometedores.[2] As negociações desenrolaram-se pelos anos seguintes, sem atingirem resultados verdadeiramente significativos. Os EUA demonstraram sempre muitas reservas relativamente aos esforços europeus. Contudo, a difícil situação do Iraque motivou uma posição gradualmente menos céptica. Os EUA apoiaram mesmo a proposta apresentada pela Rússia – também com uma postura crescentemente assertiva – de enriquecimento *offshore*, isto é, enriquecimento de urânio iraniano em instalações nucleares russas.

É consensual que a República Islâmica procura obter capacidades militares nucleares – pretende, pelo menos, dominar o ciclo nuclear de forma a possuir uma latente capacidade nuclear. A guerra com o Iraque inculcou uma profunda desconfiança de Teerão na comunidade internacional, alertando para a importância de capacidades autónomas como garantia de segurança. Por outro lado o Irão tem, efectivamente, uma *vizinhança perigosa*. Mantendo relações relativamente cordiais com alguns vizinhos – Paquistão, Rússia, Turquia e monarquias do Golfo Pérsico – Teerão receia as capacidades militares – convencionais e não-convencionais – de Israel. Após os atentados de 11 de Setembro de 2001, os EUA fortaleceram a sua presença na região, nomeadamente com as intervenções no Afeganistão e Iraque, pelo que depois de 2003 a República Islâmica viu-se *cercada*. Os líderes iranianos consideram que a única posição viável face às ameaças externas é o desenvolvimento de capacidades próprias, que permitam assumir uma postura de contenção. Finalmente, o programa nuclear iraniano representa também um mecanismo de projecção de poder – as oportunidades de expansão de influência com que o Irão se depara no sistema pós-11/09 podem ser

potenciadas pelo domínio da tecnologia nuclear militar Em 2005, a eleição do Presidente Mahmoud Ahmadinejad reflecte a concentração de poder em torno da *linha dura* do regime e da transição para um regime mais autoritário. A nova elite *revolucionária* encara o programa nuclear como uma forma de reforçar a manutenção do regime – permite imunidade limitada contra ameaças externas. A retórica agressiva de Ahmadinejad e a manutenção de actividades de enriquecimento de urânio justificaram o crescente envolvimento americano, nomeadamente com a ameaça de imposição de sanções mandatadas pelo Conselho de Segurança da ONU. No entanto, a opção de uma intervenção militar – norte-americana ou israelita – continuou a ser seriamente equacionada, apesar das várias dificuldades associadas e das possíveis consequências negativas. Em Novembro de 2007 foi publicado o *National Intelligence Estimate*, que concluía, com "grande confiança", a suspensão do programa nuclear iraniano em 2003, essencialmente em resultado da forte pressão internacional – a urgência de uma intervenção militar americana foi retirada. Contudo, o documento declara que o Irão não estaria disposto a abandonar completamente o programa. A pressão diplomática americana sobre a China e a Rússia conduziram à sujeição da questão do programa nuclear iraniano ao Conselho de Segurança da ONU – as Resoluções 1696 e 1737 (2006), 1747 (2007) e 1803 (2008) impuseram uma série de sanções à República Islâmica, procurando a suspensão dos esforços *nucleares*. O regime, contudo, continua a declarar que o programa – particularmente, as actividades de enriquecimento de urânio[3] – se destina exclusivamente a propósitos energéticos e de investigação.

Segundo o mais recente relatório da AIEA (Fevereiro de 2009), o Irão continua a produzir urânio enriquecido – com concentrações de U-235 inferiores a 5% – em Natanz. Novas centrifugadoras de gás continuam a ser instaladas. O Centro de Investigação Nuclear de Teerão continua inactivo, não havendo indícios de actividades de reprocessamento de materiais. A República Islâmica continua a negar à AIEA o acesso ao reactor de água pesada de Arak – contudo, os especialistas defendem que este apenas funcionará após 2014. A Central de Produção de Combustível de Isfahan continua a fornecer material para as instalações de Arak. Finalmente, o material fornecido pela Rússia para o reactor de Bushehr – primeiro teste efectuado no dia 25 de Fevereiro – continua sob alçada da Agência, estando prevista a sua introdução no reactor durante o 2009. A República Islâmica tem ainda planos para expandir as infra-estruturas instaladas em Bushehr e construir novas estruturas em outras localizações. Perante estes dados, supõe-se que o Irão conseguiu efectivamente desenvolver a capacidade para enriquecer urânio, apesar dos esforços ocidentais para retardar e/ou suspender definitivamente o programa nuclear; é razoável considerar então a necessidade de uma alteração de estratégia, que permita o enriquecimento de urânio sob rígida supervisão internacional.

Nas recentes eleições presidenciais, o presidente Ahmadinejad apresentou-se relativamente fragilizado, essencialmente devido à fraca prestação económica do país. A sua retórica agressiva teria também prejudicado o desenvolvimento de importantes laços económicos internacionais. A expressiva vitória de Ahmadinejad frente ao *reformista* Mir-Hossein Mousavi desencadeou uma série de manifestações populares reprimidas pelo regime. Contudo, a presente crise não deverá produzir alterações relevantes no desenvolvimento de capacidades nucleares. Apesar das divisões internas, as facções mais *pragmáticas* do regime defendem uma cooperação mais alargada com a comunidade internacional; a linha mais conservadora exibe maior suspeição acerca das atitudes externas – existe uma comunhão de percepções acerca do direito ao desenvolvimento de capacidades nucleares.[4] Por outro lado, a *linha dura* do regime aproveitou a supremacia que experimentou a partir de 2004 para monopolizar as decisões relativas ao *dossier* nuclear. Assim, parece que apenas uma verdadeira alteração de regime – que a actual crise não parece configurar – teria o potencial para operar consequências significativas no desenvolvimento das capacidades nucleares iranianas.

... a linha militar mais dura do país está a ter cada vez mais poder no governo

A racionalidade de Pyongyang

A incerteza quanto às intenções da Coreia do Norte está a crescer. Durante anos, o programa de armamento nuclear do país foi concebido essencialmente como um instrumento de chantagem, mas o recente comportamento do regime gera dúvidas sobre a validade dessa explicação. A Coreia do Norte não precisa de explodir um engenho nuclear para conquistar a atenção do actual governo dos EUA. No campo das especulações, surgem algumas hipóteses. Pyongyang pode estar a tentar ganhar atenção dos EUA com a sua demonstração de poder tecnológico. A prioridade da Coreia do Norte é ser reconhecida como um estado nuclear e não está disposta a negociar as suas armas. O facto de a Coreia do Norte ter anunciado que iria processar o urânio enriquecido para fazer mais armas foi uma extraordinária admissão pública da sua participação activa num programa, cuja existência tem sido negada por Pyongyang desde 2002. Isto sugere que a linha militar mais dura do país está a ter cada vez mais poder no governo. Kim Jong-il está a elevar a fasquia, tentando extrair mais concessões.

Analisando outra possibilidade, poderá haver razões internas para explicar este comportamento. Talvez seja um acto do líder norte-coreano para mostrar que controla a situação, dando espaço para uma suave transição de poder. Assim, o principal alvo deste *show* será a sua audiência nacional. Kim Jong-il estará a mobilizar o apoio dos militares para o seu sucessor, apresentando-se como o protector da nação num ambiente de hostilidade internacional. Tal pode explicar o calendário dos recentes ensaios nucleares e balísticos. A aparente turbulência dentro da elite governamental da Coreia do Norte tem origem no estado de saúde debilitado de Kim Jong-il. Contudo, a "sucessão" é uma justificação recente e não explica o desejo antigo do regime de adquirir armas nucleares.

Será a Coreia do Norte um actor racional? Os recentes actos são um risco calculado, visto que não se prevê que Obama tenha uma resposta *hawkiana*, isto é, armada. Talvez os norte-coreanos vejam aqui um espaço para provocação. Testam as "águas" com a nova administração americana, testam mísseis e a sua tecnologia, e, ao mesmo tempo, conseguem imprimir urgência a mais conversações diplomáticas, onde podem negociar mais "prémios" em troca de comportamento aceitável no campo nuclear. As ameaças aos países vizinhos são bem reais. Pyongyang é uma ameaça directa para o Japão. Prevê-se que o Japão possa mudar a sua própria postura nuclear. A Coreia do Sul também tem o direito de se sentir ameaçada.

As ameaças aos países vizinhos são bem reais. Pyongyang é uma ameaça directa para o Japão

A China é, de facto, o factor-chave neste "jogo" com Pyongyang. Os desenvolvimentos recentes demonstram que a China já não controla o seu *pet state*. Isto, apesar de a Coreia do Norte ser imensamente dependente da China, principalmente no campo da energia. É o único país que possui a alavanca económica para forçar o regime norte-coreano a regressar à mesa negocial. A China enfrenta um dilema que não é novo. Embora desapontada com a continuação dos testes, continua relutante em pressionar a Coreia do Norte. Pequim não quer que Coreia do Norte se torne um estado com armas nucleares, mas também não quer causar o colapso do regime norte-coreano. Um colapso do governo norte-coreano poderia inundá-la com refugiados e criar uma Coreia unificada, pró-americana, na sua fronteira. A queda do actual regime certamente resultaria numa enorme crise humanitária, e a China teria de suportar o peso dessa crise. Para a China, e também para a Rússia, o colapso da Coreia do Norte seria um grande revés estratégico. Os laços de solidariedade comunista e o facto de a Coreia do Norte continuar a ser um estado-tampão funcionam a favor da geopolítica destes países.

Este é o dilema da China: existe uma linha muito ténue entre a pressão suficiente para forçar o regime obstinado a fazer concessões, e a pressão que precipitaria o seu colapso. A China tenta ter uma posição dura para com a Coreia do Norte mas, ao mesmo tempo, não abraça publicamente medidas que a fazem parecer mais um aliado americano. Por seu lado, os EUA tentam contrariar este jogo chinês, argumentando que a passividade chinesa para com o regime de Pyongyang apenas gerará insegurança na região que, por força das boas relações entre EUA, Japão e Coreia do Sul, reforçará a presença militar americana. Os diplomatas americanos irão apontar à China que, se colocar um travão a Kim Jong-il, poderá ajudar os EUA a tranquilizar o seu aliado, Japão. É de esperar um rearmamento japonês, justificado pela ameaça dos mísseis norte-coreanos. Para o Japão, Coreia do Sul e EUA, uma Coreia do Norte com armas nucleares é uma ameaça real à sua segurança.

A Coreia do Norte tem testado recentemente mísseis de curto alcance, para além, em Abril, do míssil de longo alcance. Analistas militares afirmam que o míssil Taepodong-2 tem potencial para atingir o Havai e partes do Alasca. Pyongyang prometeu que irá armar todo o plutónio que conseguir extrair da central nuclear de Yongbyon, central que tinha sido parcialmente desactivada em 2008, como parte do acordo para a Coreia do Norte receber comida, combustível e concessões diplomáticas. Esse acordo colapsou em Abril quando a Coreia do Norte – em reposta à condenação do lançamento do míssil de longo alcance de Março – expulsou os inspectores da ONU. A 25 de Maio, testou um segundo míssil.

A maior parte dos analistas concorda que as medidas mais eficazes são aquelas que têm como alvo o estilo de vida dos líderes da Coreia do Norte: sanções financeiras destinadas a suprimir todas as transacções bancárias relacionadas com o comércio de armas da Coreia do Norte e travar mais subsídios e empréstimos. Recentemente, os EUA têm tentado atingir o regime norte-coreano com sanções financeiras. As acções foram tomadas no âmbito de uma decisão oficial que permite que o governo dos EUA congele os bens de

Com armas nucleares, Pyongyang obtém estatuto internacional e respeito

proliferadores de armas de destruição maciça, isolando-os do sistema financeiro e comercial dos EUA. Os EUA estão a tentar estabelecer conversações com a China, com o objectivo de punir as empresas envolvidas nas aquisições norte-coreanas de equipamento para o programa de armas nucleares.

A questão é saber se estas sanções irão produzir algo de concreto. A ONU endureceu as sanções contra a Coreia do Norte depois do teste nuclear, em 25 Maio. Desta vez, além de sanções financeiras, a resolução do Conselho de Segurança apela a um rigoroso embargo de armas e possível interdição de navios norte-coreanos, suspeitos de transporte de mercadorias ligadas às armas de destruição maciça. Apesar de ampliar o embargo de armas e novos cortes ao acesso ao sistema financeiro internacional, não autoriza o uso da força. A maioria dos analistas diz que nenhuma das ameaças é grande o suficiente para parar um governo que vê as armas nucleares como a chave para sua sobrevivência. Um governo que prefere sofrer décadas de sanções económicas e dificuldades sociais, inclusive fome, do que render-se às pressões externas, descrevendo o Conselho de Segurança da ONU como mais um produto da pressão internacional americana.

Que mensagem Kim Jong-il está a tentar enviar, e para quem? Sem armas nucleares, a Coreia do Norte

seria apenas mais uma ditadura "miserável". Com armas nucleares, Pyongyang obtém estatuto internacional e respeito. A nova demonstração de poder da Coreia do Norte poderá ser impulsionada principalmente pelos eventos internos, invisíveis para o exterior. A verdade é que ninguém realmente sabe, com certeza, qual é a finalidade de tanta hostilidade e provocação por parte da Coreia do Norte. Pyongyang poderá estar a tentar levar a melhor sobre o sistema internacional, ganhando concessões e, ao mesmo tempo, ir ganhando a aceitação do resto do mundo relativamente ao seu estatuto nuclear.

[1] Em Natanz, o regime desenvolveu uma unidade de enriquecimento de urânio baseada em *cascatas* de centrifugadoras de gás, para produção de combustível nuclear para reactores. Em Arak foi desenvolvida um reactor arrefecido com água pesada (óxido de deutério), que permitirá a produção de plutónio.

[2] Em Outubro de 2003, o Irão chegou a um acordo com o EU-3 – a República Islâmica comprometia-se cessar as actividades de enriquecimento de urânio, assinar o Protocolo Adicional e cooperar inteiramente com a AIEA. Em troca, os países europeus ofereciam a promessa de facilitar o acesso do Irão a tecnologia e assistência no domínio da energia nuclear. O Irão assinou o Protocolo Adicional em Dezembro de 2003.

[3] A produção de energia nuclear com fins civis utiliza urânio enriquecido, *i.e.,* com uma concentração do isótopo U-235 (em detrimento do isótopo U-238) entre 3% e 5%. Por sua vez, o desenvolvimento de armamento nuclear supõe um enriquecimento superior a 90%.

[4] O próprio Mousavi fez parte do restrito círculo de personalidades com responsabilidades na questão nuclear.

Autores

Pedro Sousa,
licenciado em Economia e mestrando em Relações Internacionais

Pedro da Gama Prata,
mestrando em Relações Internacionais

Empresas e Instituições amigas da AACDN

CIDADE DE VISEU
Escola Superior de Tecnologia de Viseu - ESTV
visabeira turismo
BPI
Montepio
GRUPO BARRAQUEIRO
PREVISION SANITARIA NACIONAL
DÃO SUL
EXÉRCITO

Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de três décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

João Victor Gonçalves da Silva Pereira nasceu a 13 de Janeiro de 1938 em Coimbra. Como Alferes Miliciano, cumpriu uma comissão de serviço na Guiné.

Foi Director do Colégio Infante de Sagres, em Cantanhede, e Vice-Presidente dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede.

Em 1972 defendeu a sua tese de Licenciatura subordinada ao título "Cantanhede, Vila de Mercado". Nesse mesmo ano foi convidado para Assistente do Grupo de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, passando a reger as cadeiras de Geografia Humana e Geografia das Regiões Tropicais II. Foi Bolseiro do Instituto Nacional de Investigação Científica na Universidade de Toulouse-Miraille, em França, a fim de preparar a sua tese de Doutoramento em Geografia Humana ("A Serra do Caramulo – Desintegração de um Espaço Rural"). Passou a reger a cadeira de Geografia Humana de Portugal e a cadeira de Geografia do Ordenamento do Território e criou e regeu a cadeira de Geografia do Subdesenvolvimento.

Fez parte do Conselho Pedagógico da Faculdade de Letras, em representação dos Professores do Grupo de Geografia.

Colaborou na Imprensa Regional com artigos diferenciados no jornal *Diário de Coimbra* .Fez a tradução para português do livro *L´Espace Géographique*, com redacção do prólogo, léxico e notas.

Participou na POLIS-Enciclopédia da Sociedade e do Estado, em 1983, escrevendo artigos sobre vários países.

Em 2004, passou à situação de Professor Jubilado do Grupo de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra .

Foi Presidente da Assembleia Geral do Laboratório de Energética e Diatónica, em representação do Reitor da Universidade de Coimbra, sendo actualmente seu Vice-Presidente.

Em 1990/91, frequentou o Curso de Auditores de Defesa Nacional.

Inscreveu-se na Associação com o nº 311/1990 e fez parte, durante alguns anos, da Direcção e da Assembleia Geral da AACDN, sendo actualmente seu Secretário. É, desde 2006, Presidente da Delegação Regional de Coimbra da AACDN.

Em 1957 inscreveu-se no Orfeão Académico de Coimbra, tendo-se deslocado, neste âmbito, aos Açores, à Madeira e a Angola, e feito uma digressão de 60 dias aos E.U.A., a qual terminou com a inauguração do *Lincoln Center*, em Nova Iorque.

É sócio fundador da Associação dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra, tendo exercido as funções de Presidente da Assembleia Geral. Então, gravou dois *long-play*, seis CDs, e um DVD com a Ópera "O Barbeiro de Sevilha".

De realçar que, em cerca de 30 anos de actividade, participou em mais de 600 espectáculos, nomeadamente na Assembleia Geral da UNESCO em Paris, nas Nações Unidas, em Nova Iorque, nos EUA e Canadá, Macau e Tailândia, Brasil, África do Sul e Europa, entre outros.

É sócio fundador do Rotary de Coimbra – Olivais e no ano de 1996 assumiu a presidência do Clube.

Em 2001, foi investido na Ordem dos Templários, na Catedral de Ponferrada, na província de Ourense, Espanha, passando a integrar a Comendadoria da Rainha Santa Isabel em Coimbra.

Em 2005, cria a comendadoria de S.Julião, na Figueira da Foz, e em 2008 é nomeado secretário do Bailiado das Beiras.

Actualmente é o Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Templários.

Índice do Cidadania e Defesa
(Biénio de 2008–2009)

Nº 29 I Fevereiro – Março de 2008
Capa –
Emposse dos Novos Corpos Directivos

Sumário 2
Editorial 3
Por Terras do Extremo Oriente – III Parte 4
O Uso da Força e a Crise do Darfur 10
Ministro da Defesa Nacional – Figueiredo Lopes 13
Por uma Associação participativa
Mais intervenção, melhor cidadania 14
A China no Mundo Globalizado 20
Acontecimentos & Actualidades 24
UmDeCadaVez – José Monteiro 26

Nº 30 I Abril – Maio de 2008
Capa – Assembleia da República

Sumário 2
Editorial 3
A segurança europeia face à Guiné-Bissau 6
O novo Conselho dos Direitos Humanos da ONU 14
Ministro da Defesa Nacional – António Vitorino 17
A Assembleia da República e a Crise na Justiça 18
A Globalização da Violência ou
a Moderna Sociedade do Medo 20
A China no Mundo Globalizado – II Parte 26
Acontecimentos & Actualidades 31
UmDeCadaVez – Bacelar Begonha 34

Nº 31 I Junho – Julho de 2008
Capa – TGV

Sumário 2
Editorial 3
O Novo Código dos Contratos Públicos 5
Kosovo em estado de espera 8
Energia Renovável 14
Novas Perspectivas a Leste As ambições de Bruxelas ... 16
A NATO e o processo de reconstrução
do Afeganistão 20
Ministro da Defesa Nacional – José Veiga Simão 23
Acontecimentos & Actualidades 24
UmDeCadaVez – Abilio Ançã Henriques 26

Nº 32 I Setembro – Outubro de 2008
Capa – Azuleijos do Rossio

Sumário 2
Editorial 3
Ministro da Defesa Nacional – Jaime Gama 5
Missões de Paz das Nações Unidas
oportunidades e desafios actuais 6
O Turismo como estratégia de Defesa Nacional 10
Encontro Nacional em Viseu 14
Na Gávea da Nau – A Escola em Crise de Identidade ... 18
Um balanço sobre as actividades das Nações Unidas .. 20
Acontecimentos & Actualidades 24
UmDeCadaVez – Horácio Maia e Costa 26

Nº 33 I Novembro – Dezembro de 2008
Capa – Reunião de trabalho dos Ministros da CPLP, EM 02NOV07, em Lisboa

Sumário 2
Editorial 3
Ministro da Defesa Nacional – Castro Caldas 5
Crónica das Arábias (Relato da viagem à Jordânia
realizada pela AACDN em Setembro de 2008) . 6
Portugal e a Lusofonia: retórica, trunfos e ilusões 14
Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2015 ... 18
Na Gávea da Nau – Um Convite à Reflexão 20
Acontecimentos & Actualidades 23
UmDeCadaVez – David de Oliveira Assoreira 26

Nº 34 I Janeiro – Março de 2009
Capa – O vil metal...

Sumário 2
Editorial 3
Ministro da Defesa Nacional – Rui Pena 5
Crónica das Arábias – II Parte 6
Não à crise! O povo vencerá!... 14
Na Gávea da Nau – A Melhoria do Ensino e
da Educação implica o Fim das
Contradições no Sistema 19
Acontecimentos & Actualidades 22
UmDeCadaVez – Jorge Manuel do Vale Alves Pereira .. 26

Nº 35 I Abril – Junho de 2009
Capa – Selo comemorativo
da canonização do Beato Nuno

Sumário 2
Editorial 3
Ministro da Defesa Nacional – Paulo Portas 5
Crónica das Arábias – III Parte 6
D. Nuno Álvares Pereira – Guerreiro e Santo 16
Obama e o Médio Oriente no "período de graça" 20
Na Gávea da Nau – A propósito da expressão
"Sociedade do Conhecimento" 24
Acontecimentos & Actualidades 26
UmDeCadaVez – Eduardo António C. F. Gonçalves 30
In Memoriam: MajGeneral Mário Lemos Pires 31

Nº 36 I Julho – Setembro de 2009
Capa – Pormenor do edifício
do Lehman Brothers em Nova Iorque

Sumário 2
Editorial 3
Ministro da Defesa Nacional – Luís Amado 5
Na Rota do Âmbar Báltico 6
A Autoridade do Estado, na Guiné-Bissau 14
Opções não dissociadas de Poder 18
Quebrar o silêncio sobre o Comércio Ilegal
de Armas. Uma perspectiva sem fronteiras ... 24
Na Gávea da Nau – É chegado o tempo de Balanço 28
Acontecimentos & Actualidades 30
UmDeCadaVez – Vasco Novais Branco 34

CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

... nesse
o dinhe
como v
A noçã
passou

CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

D. Nuno está agora nos altares
porque esteve sempre
nos corações dos Portugueses
e na memória de Portugal.

CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

O Poder do Estado deve ser exercido,
obedecendo a princípios éticos,
e prevalecer
em relação ao Poder Económico...

CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Encontro Nacional em Viseu

26º Aniversário
PARABÉNS, AACDN!